

27 MIL ADESÕES AO PARTIDO!



ÊXITO ESPECTACULAR DA CAMPANHA
«PROMOÇÃO CONQUISTAS DE ABRIL»!

A META PREVISTA DE 10 MIL ADESÕES
QUASE TRIPLICOU!

UMA DEMONSTRAÇÃO MAGNIFICA
DA JUSTEZA DAS POSIÇÕES DO PARTIDO
E DO AUMENTO DA SUA INFLUÊNCIA!

UMA GRANDE VITÓRIA POLÍTICA!

Em 31 de Julho último, o Comité Central do PCP decidiu lançar uma campanha de adesões ao Partido, a que foi dado o nome de «Promoção das Conquistas de Abril».

Foi estabelecido uma meta e um prazo: 10 mil novos militantes até ao final de 1977. As organizações e os militantes lançaram-se ao trabalho e acrescentaram às suas tarefas normais do Partido a actividade integrada na Campanha.

O número de adesões ao PCP foi aumentando progressivamente. E agora, no termo da Campanha, podemos anunciar que mais de 27 mil novos militantes (os números são ainda provisórios) decidiram ingressar no PCP durante estes quatro meses, reforçando com a sua firmeza e combatividade as fileiras do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido da verdade, da esperança e do futuro!

Pág. 12

O PARTIDO COMUNISTA E AS NEGOCIAÇÕES PARA O NOVO GOVERNO

Qualquer fórmula de governo de coligação aberta ou disfarçada com a direita não seria somente um factor de grandes perturbações políticas para o País — seria também uma fonte de crescentes perturbações sociais

Pág. 3

TROCA DE TELEGRAMAS ENTRE AGOSTINHO NETO E ÁLVARO CUNHAL

O camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA — Partido do Trabalho e presidente da República Popular de Angola, enviou ao camarada Álvaro Cunhal o seguinte telegrama:

Estimado camarada:

Acompanhámos com atenção o desenrolar dos acontecimentos em Portugal, durante o ano passado, e o papel desempenhado pelo PCP.

O povo angolano não pode desinteressar-se pela sorte do povo português com o qual conta estabelecer relações normais.

E é no seu nome, no nome do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, que tenho o prazer de lhe endereçar os votos de um ano novo de sucessos e de prosperidades.

Votos de boa saúda.

Saudações revolucionárias.

Por sua vez, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou ao camarada Agostinho Neto o telegrama que transcrevemos:

Em nome do Comité Central e de todos os membros do PCP, fazemos sinceros votos para que o MPLA — Partido do Trabalho, o povo angolano, a República Popular de Angola, alcancem em 1978 novos grandes êxitos no caminho das liberdades, do progresso e do socialismo.

a Escola e a Vida
no caminho de Abril



1.º CONGRESSO
CONGRESSO DA UEC
EM PREPARAÇÃO

Pág. 5

MUITOS MILHARES DE PESSOAS PARTICIPARAM NO FIM DO ANO NAS FESTAS PROMOVIDAS PELO PCP



Pág. 6

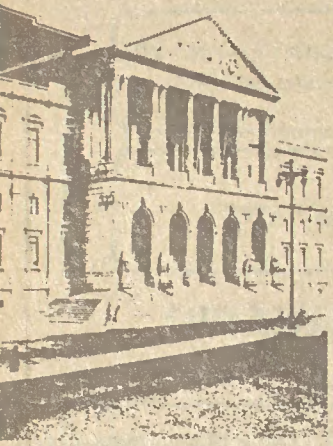
O «Avante!» na «Tomé Fátima»

UM EXEMPLO
DA BOA GESTÃO
E CAPACIDADE DE LUTA
DOS TRABALHADORES
PELOS GRANDES
OBJECTIVOS NACIONAIS

Pág. 4



Os trabalhadores da Tomé Fátima concentrados junto do Ministério do Trabalho, numa altura em que o seu processo de luta e os seus objectivos o exigiam



Os Comunistas na Assembleia da República

Deputados socialistas foram os únicos a ratificar o «propedêutico»

Conforme tínhamos previsto no anterior número, a primeira reunião plenária de 1978 da Assembleia da República votou a ratificação do decreto-lei do MEIC que instituiu o chamado ensino propedêutico.

O diploma em apreço acabou por ser ratificado apenas os votos favoráveis dos deputados do PS. Os deputados comunistas e os do CDS abstiveram-se, enquanto que os discípulos do "chefe" votaram contra.

A abstenção do Grupo Parlamentar do PCP — salientou Manuel Gusmão na declaração de voto dos deputados comunistas — justifica-se por duas considerações fundamentais — por um lado não somos contra a existência de um ano propedêutico como medida transitória e hoje dificilmente evitável; por outro lado, somos contra a realidade que neste ano lectivo concretiza a sua institucionalização, para além do pensarmos que o Decreto-Lei n.º 491/77 é gravemente incompleto.

Resumindo em vários pontos as discordâncias quanto ao actual decreto e quanto à realidade actual, Manuel Gusmão acentuou:

- Inexistência de objectivos explícitos integrados e integradores face à estrutura escolar;
- falta completa de acompanhamento pedagógico, traduzindo quer inpreparação no lançamento deste tipo de ensino e precipitação na extinção do Serviço Cívico Estudantil, quer erros de base no aspecto pedagógico, caracterizáveis pelo carácter individualista e passivo imposto à aprendizagem com perda da dimensão activa e colectiva da relação pedagógica.
- falta quase completa de estruturas materiais e humanas de apoio no que diz respeito a monitores, salas, meios pedagógicos auxiliares e de apoio, traduzindo para além da natural falta de tempo na preparação, uma nítida incapacidade de estimular e coordenar a iniciativa criadora das autarquias locais, das associações de trabalhadores, das colectividades populares e das organizações populares de base territorial, mais uma vez se passando ao lado de indicações constitucionais.

Depois de ter indicado mais uma série de razões que mereciam a oposição do PCP, Manuel Gusmão acrescentou:

Todos estes factores revelam um decreto lacunar, falho de perspectivas claras e criadoras, falho de imaginação e de rigor, em suma, um decreto burocrático.

Solução encontrada sobre o Joelho

No decorrer do debate da ratificação, o PCP interveio através da deputada Zita Seabra que começou por ligar à discussão deste decreto a discussão e aprovação de um outro: a extinção do Serviço Cívico Estudantil. Definindo como grave a situação que se seguiu, a deputada comunista fez um pouco de história para justificar a gravidade da situação:

O CDS apressou-se a apresentar, como já referi, um projecto-lei de extinção do Serviço Cívico, visando aproveitar partidariamente o justo descontentamento dos estudantes perante uma realidade do Serviço Cívico que era bem diferente do programa e se saldava (por motivos que não importa agora aprofundar) num fracasso.

No entanto, o CDS não apresentava alternativas.

Antevendo a gravidade do que se poderia vir a passar, o PCP absteve-se na votação do projecto-lei do CDS, mas apresentou uma proposta visando, pelo menos, salvaguardar os interesses dos estudantes que se tinham matriculado no Serviço Cívico e cujo futuro antevia nebulosos, cujo conteúdo era a entrada imediata desses estudantes na Universidade. Esta proposta veio a ser rejeitada, tanto na Comissão, como no plenário pelos votos conjuntos do CDS e do PS e a abstenção do PSD.

No seguimento desta votação, o MEIC organizou um exame de aptidão que (como já tivemos ocasião de referir aqui) é a prova evidente da incapacidade da actual equipa ministerial. Mais de 50 por cento de reprovações, seguindo-se-lhe duas repescagens e uma provável terceira que tem vindo, como é público, a ser alvo de tentativas de correspondência da Comissão de Educação, Ciências e Cultura desta Assembleia. O absurdo é tão grande que estão de fora milhares de estudantes quando pelos próprios elementos fornecidos pelo MEIC (e quanto a nós de duvidosa aceitação) há mais de 5000 lugares vazios.

Mas, para solucionar o problema de fundo, o MEIC publica o decreto que temos em discussão.

Depois de ter salientado que, embora os deputados comunistas não sejam, na presente conjuntura, contra a existência de um ano propedêutico ou vestibular, Zita Seabra acentuou a necessidade de se criarem as condições para que esse ano possa desaparecer.

E mais adiante, referindo-se concretamente às intervenções dos deputados do PS em anterior debate, Zita Seabra diria: Por outro lado, assusta-nos a visão estática da Universidade aqui trazida pelos deputados socialistas aquando do debate sobre o decreto do ensino superior curto. Pareceu-nos pressentir uma posição de demissionismo e declarada incapacidade de intervir na Universidade. Mas isso é urgente. É urgente adaptá-la às reais necessidades do país. É necessário que a Universidade deixe de formar desempregados. É necessário que os cursos universitários deixem de ser razoavelmente incapazes de preparar jovens para a profissão que virão a ter e quase incapazes de desenvolver a necessária investigação em todos os ramos do saber. É necessário que deixe de estar desligada da realidade nacional, dos problemas do nosso povo com um ensino teórico (e no geral não satisfatório) e desligado da prática, da vida e dessa realidade nacional.

Acusando o decreto-lei do "propedêutico" de ser omissivo no que respeita à clarificação dos objectivos do ano propedêutico, de criar um ensino objectivamente e à partida degradado, de não definir o estatuto do estudante que o frequenta — mais parecendo encará-lo como telespectador do que como efectivo estudante — e de se poderem levantar objeções à forma de nomeação dos docentes, a deputada do PCP finalizou a sua intervenção dizendo:

A questão de fundo é mais uma vez a falta de soluções reais para o problema do ensino. O que está em causa é mais uma vez a política de remendos, de improvisação, das soluções encontradas sobre o Joelho. Política do MEIC que mantém o mesmo

Prosseguindo, afirmou Lino Lima: Pinochet — segundo se diz, sem mesmo ter o acordo dos representantes da marinha e da aviação na Junta Militar — marcou para amanhã a realização de um referêndum no qual todos os cidadãos são obrigados a participar, sob pena de, na prática, perderem os seus direitos civis, pois ficarão impossibilitados de obter documentos oficiais — ou seja, os documentos comprovativos do estado e dos direitos das pessoas — aqueles que o não fizerem... Cremos que uma tal violência não tem exemplo! Acrescente-se a isto que os votos brancos ou nulos serão contados como sendo a favor do regime, que é proibida a propaganda do «não» sendo presos os que a tentam fazer, e que todos os meios de comunicação social, submetidos a uma férrea censura, fazem uma campanha maciça de intoxicação a favor do «sim» à ditadura, e teremos o quadro em que se vai desenrolar essa pretensa consulta ao povo chileno. Consulta que tem como finalidade provar que esse povo martirizado quer a continuação do estado de sítio, que se mantém há seis anos, quer as prisões indiscriminadas, os assassinatos, os desaparecidos, a tortura, a cadeia e os campos de concentração; consulta que tem como finalidade provar que esse povo martirizado quer continuar sob um regime de brutal exploração, com uma inflação da ordem dos 500 por cento e os correspondentes salários de miséria; consulta que tem como finalidade provar que esse povo martirizado não quer a liberdade e a democracia, não quer partidos políticos, não quer sindicatos livres. Raras vezes o cinismo político, aliado ao desrespeito pelos mais elementares direitos humanos e à ilegalidade mais crua, terá atingido um tal desproporção. Por isso, até o organismo oficial chileno, encarregado de apreciar a «constitucionalidade» das acções do governo, considerou ilegal semelhante referendo...

E a terminar a sua intervenção Lino Lima acentuou: Os partidos radical, democrata-cristão, socialista e comunista, o Movimento da Esquerda Revolucionária, a Igreja Católica — nomeadamente através do Comité Permanente do Episcopado Chileno — dirigentes sindicais, educadores, ex-ministros, unanimemente condenam no Chile mais este acto de violência através do qual Pinochet — apesar da oposição de todas as forças democráticas e do povo chileno — pretende reforçar a sua ditadura, dítar a sua «lei» sem lei, continuar a brutalidade da repressão e da exploração sobre uma nação que, na América Latina, foi durante muitos anos um farol da liberdade e da democracia. Perante a veemente condenação interna e internacional do seu regime, Pinochet quer cobrir a sua ditadura sangüinária com um «voto» do povo a quem ele próprio tirou o direito de voto, com um voto que, pela própria natureza das coisas, tinha de ser, e vai ser, um voto falsificado — que não enganará os chilenos nem a opinião pública internacional. Os deputados desta Câmara estarão, por certo, de acordo em considerar o referêndum no Chile como um acto que sinal prova que a ditadura de Pinochet se aproxima do fim, prova que a liberdade e a democracia, embora através de mil sacrifícios, abrem no Chile os caminhos da vitória. O Chile vencerá.

Editorial

ACORDO POLÍTICO E ACORDO DE GOVERNO

A crise governamental prolonga-se no tempo e em vez de uma necessária clarificação política adensam-se mais ainda as suas zonas de sombra.

Cada vez ressalta com maior evidência, à luz dos interesses fundamentais do povo e do país, que a solução cabal desta crise passa em primeiro lugar pela definição clara de uma plataforma política e em segundo lugar pela formação de um novo governo que corresponda aos pressupostos democráticos da plataforma.

A crise de governo é parte integrante de uma crise política mais geral que não somente afecta todo o quadro de relações na sociedade portuguesa como põe abertamente em causa a possibilidade de uma verdadeira recuperação da economia do país.

O seu prolongamento ameaça eternizar uma política que foi claramente rejeitada com a votação da moção de confiança do governo PS.

É inadmissível que um governo em exercício, demissionário há mais de 25 dias, cuja missão deveria limitar-se a assegurar os negócios correntes do Estado até à investidura de um novo governo, continue a levar por diante, em sectores dos mais nevralgicos da vida nacional e na mesma política derrotada na Assembleia da República.

Nestes últimos dias tem-se assistido ao facto totalmente insólito de se ver um governo demissionário exorbitar das suas funções transitórias. Viu-se um ministro da Indústria e Tecnologia proceder à reestruturação do seu ministério num sentido adequado ao renascimento dos monopólios e ao mesmo tempo transferir para os cofres de uma das mais contestadas multinacionais — a ITT — cerca de 500000 contos a retirar da banca nacionalizada; viu-se uma dupla Barreto/Portas prosseguir na sua obra destruidora das UCPs com a atribuição abusiva de novos «direitos de reserva»; viu-se um mais que contestado ministro do Trabalho aproveitar os derradeiros arrancos para ultimar a sua lista negra de saneamentos à esquerda.

Que se pretende e que se procura com o prolongamento da crise governamental?

Na solução da crise governativa actual há uma ordem de precedência política nas questões a resolver e há também uma ordem de precedência na consideração dos interesses sociais em jogo.

Para o PCP a prioridade do acordo político para uma plataforma não significa o abandono do exame e da negociação sobre a composição do futuro governo. As duas questões são inseparáveis mas a formação do novo elenco ministerial que deve substituir o actual governo demissionário do PS pode ser simplificada na base prioritária do acordo político.

O acordo político com o PCP tem de assentar na defesa das conquistas de Abril e dos interesses sociais prevalentes dos trabalhadores. O acordo político com o PCP implica a rejeição pelos comunistas de uma fórmula aberta ou disfarçada de coligação do PS com os partidos da direita.

A direita reacçãoária mobiliza todas as suas influências a vários níveis para marginalizar o PCP das grandes soluções políticas da hora actual. Tanto o PPD como o CDS dirigem o seu fogo principal contra a participação dos comunistas na elaboração de uma política nacional e nos órgãos de decisão política, dos comunistas que eles sabem ser obstáculo inultrapassável às suas ambições de hegemonia. Os partidos de Sá Carneiro e Sousa Franco, de

Freltas do Amaral e de toda a direita reacçãoária, manobram por todos os meios para impedir qualquer acordo político entre o PS e o PCP, para mais facilmente reduzirem à submissão e à impotência o PS e o desmoronarem como partido de esquerda.

Qualquer fórmula de governo de coligação (aberta ou disfarçada) do PS com a direita não seria somente um factor de grandes perturbações políticas para o País — seria também uma fonte de crescentes perturbações sociais.

O PPD e o CDS e toda a direita reacçãoária exprimem-se socialmente nas camadas exploradoras e no grande patronato. Os partidos da direita uma vez no poder agravariam a um grau extremo as condições de vida do povo trabalhador, agiriam rapidamente para anular a Constituição e imporem a supressão dos direitos e liberdades que ela consagra aos trabalhadores. Numa fase em que a crise geral do capitalismo bate em pleno, em que as próprias previsões dos países da OCDE são sombrias e admitem a impossibilidade de sair da recessão e da inflação em 1978, o domínio político dos partidos da direita agravaria o fardo da crise económica sobre os trabalhadores e as restantes camadas pobres e médias da população, seria um factor de retrocesso no desenvolvimento económico do país.

Em consonância com a ofensiva anticomunista dos partidos da direita também os aventureiros pseudo-revolucionários concentram o seu fogo contra o PCP e esforçam-se por todos os meios, para impedirem qualquer acordo político entre socialistas e comunistas.

A subtilidade da manobra dos grupelhos pseudo-revolucionários não ilude ninguém. Eles tentam minar a confiança das massas populares e dos trabalhadores nos comunistas e também, por reflexo, tentam arrastar o PCP a posições radicais que fechariam toda a perspectiva de acordo com os socialistas e outras forças democráticas e de esquerda. Como sempre se tem verificado em todas as curvas da História e da Revolução, reacçãoários e aventureiros pseudo-revolucionários coincidem nos seus objectivos anticomunistas. Uns e outros fracassarão nos seus intentos.

O PCP continuará firmemente a trabalhar para um acordo político com os socialistas e outras forças democráticas para a salvaguarda da democracia, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, da herança de Abril.

O PCP continuará a batalhar para que a um acordo de plataforma política corresponda um frutuoso exame conjunto para a formação de um governo capaz de a levar à prática.

O PCP lutará até às últimas possibilidades para que a saída da crise se opere com a larga participação dos trabalhadores e nunca contra eles; para que os trabalhadores da cidade e do campo exerçam na solução da crise todo o seu peso político através dos seus organismos mais representativos, em primeiro lugar do seu partido de classe — o PCP.

Que o PS e as outras forças democráticas portuguesas assim o compreendam de maneira prática.

«Referendo» marca o fim da ditadura de Pinochet

Desde esse dia trágico em que a Junta Militar derrubou o Governo de Unidade Popular, presidido pelo socialista Allende, e instaurou uma feroz ditadura fascista, o Chile e o povo chileno estão no centro das preocupações de todos os democratas do mundo, estão no coração de todos os homens que aqui, acolá ou além defendem a liberdade, a justiça social e a paz. Por isso não é de estranhar que nesta Câmara e por mais de uma vez, a ditadura chilena tenha sido condenada com veemência e reprovados os seus fins e os seus métodos. Por isso não será ainda de estranhar que, de novo, nela se levante a voz da reprobção — quando essa ditadura sangrenta, condenada pela consciência universal e, ainda recentemente, pela ONU, pretende forçar um simulacro de legalização através de um referêndum que assume todos os aspectos não só de uma farsa, mas de uma farsa despendurada e única.

Foi com estas palavras que o deputado comunista Lino Lima iniciou, na passada terça-feira, uma intervenção no período de antes da ordem do dia acerca da actual situação no Chile.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel. 769705
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáculo, 80 — Lisboa 2. Tel. 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel. 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel. 310441
Centro Distribuidor do Centro: Tenreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel. 33441
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 — Évora. Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Direcía
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1. Tel. 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1. Tel. 41787
Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Dezembro: 85 083

PUB.

finalmente em português

OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

3 volumes
tradução rigorosa

VI LÉNINE

edições Avante!

II

AVENDA 1.º VOLUME 776 PAGINAS 250\$00

distribuição

CDL

NOME _____ MORADA _____ LOCALIDADE _____

Despoje receber o Volume 1 das obras escolhidas de Lénine. Para o respectivo pagamento enviar esc. _____ para CDL

Valor do correio 1. _____ Departamento venda directa Rua Pedro Nunes 9-A Lisboa 1

edições Avante!

Konstantine ZaródoV

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin ZaródoV estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Preço: 90\$00

Avante!

ASSINATURAS (NOVA TABELA DE PREÇOS)

Continente e Ilhas:
50 números 375\$00 (via normal) ☐
50 números 485\$00 (via aérea) ☐

Angola, Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Brasil.
50 números 435\$00 (via normal) ☐
50 números 810\$00 (via aérea) ☐

Espanha:
50 números 435\$00 (via normal) ☐
50 números 485\$00 (via aérea) ☐

Europa:
50 números 625\$00 (via normal) ☐
50 números 725\$00 (via aérea) ☐

Outros países:
50 números 625\$00 (via normal) ☐
50 números 975\$00 (via aérea) ☐

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____ Profissão _____

(assinalar a modalidade de assinaturas, enviar cheque ou vale de correio para Departamento de assinaturas, Av. Santos Dumont, n.º 50 — Lisboa-1.

O PCP e a formação do novo Governo:

HÁ QUE GARANTIR A EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA COERENTE DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Tal como foi amplamente divulgado pelos órgãos de Comunicação Social, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, indigitou no decorrer da passada semana, o dr. Mário Soares para "desenvolver diligências para formar Governo". Com efeito, um comunicado da Presidência da República, lido aos jornalistas pelo chefe da respectiva Casa Civil, dr. Henrique Granadeiro, sublinhava que tinha sido obtido "um consenso no sentido de que, sendo o Partido Socialista indispensável a qualquer maioria parlamentar estável e coerente, a personalidade deveria reflectir o empenhamento daquele partido no êxito das diligências a realizar". Depois de referir que "todos os partidos se pronunciaram no sentido de confiar na escolha do senhor Presidente da República, tendo-se manifestado ainda larga convergência sobre a indigitação do dr. Mário Soares", aquele comunicado concluiu afirmando que o convite tinha sido aceite.

Após a divulgação deste comunicado e as declarações do dr. Mário Soares, à saída de Belém, um porta-voz do PPD manifestava à ANOP a sua "estraneza" pelo acontecimento e dizia que o secretário-geral do PS "não reúne, pelo menos por enquanto, condições para ser nomeado Primeiro-Ministro". Acrescentou ainda que o seu partido "não tinha sido, nos termos da Constituição, consultado quanto à designação do Primeiro-Ministro". Mais tarde, um informador da Presidência da República afirmava também à ANOP que "a posição do PR é a que foi tornada pública em comunicado oficial". "Completo ao PSD" — sublinhou — "esclarecer o alcance e o objectivo da sua própria declaração".

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

Entretanto, ao tomar conhecimento da indigitação do dr. Mário Soares, a Comissão Política do Comité Central do PCP divulgava aos órgãos de Comunicação uma nota onde se salienta que a designação de uma personalidade do PS para essa missão é natural, tendo em vista a formação de um Governo no quadro das instituições e com a composição actual da Assembleia da República.

Mais adiante, o documento do PCP refere:

No preciso momento em que o PS e o Primeiro-Ministro do Governo demissionário empreendem diligências para a formação de um novo Governo, o PCP entende ser necessário relembrar que a queda do Governo demissionário se deveu a duas causas essenciais: o fracasso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que se mostrou incapaz de assegurar a recuperação económica e financeira do País e o fracasso da fórmula de Governo PS aliado de facto à direita. A saída para a crise deve ter em conta estas duas lições da queda do Governo demissionário. A solução dos graves problemas existentes não pode ser alcançada com a continuação da política anterior e com a fórmula do Governo anterior, que conduziu o País à beira do desastre.

INICIATIVAS DO PCP

Realiza-se hoje, dia 5 de Janeiro, pelas 21,30, uma reunião geral de militantes em Castro Marim.

Também uma reunião geral de militantes, com vista aos trabalhos preparatórios da Assembleia da organização está prevista para o dia 8, pelas 16 horas, em Albufeira.

No próximo dia 6 do corrente, pelas 21 horas, no salão dos Bombeiros, na Moita, efectua-se uma sessão de encerramento da Campanha Promoção Conquistas de Abril.

Para o mesmo efeito se realiza, ainda no dia 6, pelas 21,30, uma sessão que contará com a participação do camarada António Gervásio e que terá lugar na sociedade recreativa "Os Galitos", freguesia de Santo André, Barreiro.

Na nova fase de negociações que agora se abre, o PCP insiste na sua prontidão a participar na elaboração de uma plataforma na base de quatro pressupostos: o respeito pela Constituição, o respeito pelos órgãos de soberania, a manutenção dos limites entre as diversas formações económicas (sector nacionalizado, sector privado, Unidades Colectivas de Produção, cooperativas, empresas em autogestão), e a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

Referindo que o PCP tem sublinhado que a formação e composição do novo Governo ficarão muito simplificadas a partir da elaboração de uma plataforma, e se tem afirmado pronto a examinar fórmulas diversas de Governo com ou sem participação comunista, a nota da Comissão Política lembra que um Governo de direita na base de uma coligação PS com o CDS, com o PPD, ou com esses dois partidos, não só não rectificará como acentuará as características negativas da política do Governo demissionário e não resolverá, antes agravará, os graves problemas existentes, designadamente os problemas económicos e financeiros e os conflitos sociais.

A nota da Comissão Política do CC observa em seguida:

O PCP regista as afirmações feitas nas últimas horas por representantes de partidos reacçãoários no sentido de excluir o PCP das negociações e da elaboração duma plataforma que permita a Portugal sair da crise. É evidente que, depois do fracasso do projecto da formação de um Governo PPD-CDS, tais afirmações confirmam o propósito de tentar forçar o PS à formação de um Governo abertamente reacçãoário.

Detendo-se em particular no papel decisivo da unidade democrática para a defesa das conquistas da Revolução, a nota que temos vindo a citar refere a dado passo:

A Comissão Política do CC salienta que a unidade dos trabalhadores e dos democratas, designadamente de comunistas e socialistas, e a sua determinação em defender as liberdades, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, as outras

conquistas da Revolução, o regime democrático e a independência nacional, constituem condição indispensável para uma alternativa democrática, uma nova política e um novo Governo, que permita a saída da crise e a solução dos graves problemas que Portugal defronta.

ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA SÓ É POSSÍVEL COM OS TRABALHADORES

A terminar, o documento salienta:

O PCP contribuirá com os seus melhores esforços para que a nova fase de negociações conduza à alternativa democrática que o Povo português legitimamente espera.

A não se obter esse resultado, acabará por impor-se, como única saída democrática para a crise, a realização de eleições gerais antecipadas.

Entretanto, no passado dia 30, enquanto a imprensa destacava o rompimento da "convergência" entre o PSD e o CDS, eram dados a conhecer à opinião pública alguns elementos sobre os contactos estabelecidos pelo dr. Mário Soares com os partidos com assento na Assembleia da República.

No dia anterior, à tarde, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, tinha-se deslocado a S. Bento para um encontro com Mário Soares, no âmbito das consultas tendentes à constituição do novo Governo.

À saída, os jornalistas registaram as palavras do camarada Álvaro Cunhal: "É necessário um acordo político suficientemente explícito e claro para que se saiba qual a política do novo Governo. Mais do que declarações de intenção ou declarações de ordem geral, são necessários acordos políticos. A formação de um novo Governo envolve dois aspectos essenciais: o estabelecimento de uma plataforma e a composição do Governo.

Depois de reafirmar que um Governo PS/CDS seria um desastre, o secretário-geral do Partido afirmou que, tendo em conta a realidade portuguesa, torna-se impraticável a formação de um Governo de direita, de coligação do PS com partidos reacçãoários, o que seria uma catástrofe.

A nosso ver — declarou mais adiante — é necessário mudar de política; é necessário que se

resolvam os problemas da recuperação económica, não através da recuperação capitalista e agrária, mas através da consolidação das conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

O camarada Álvaro Cunhal reafirmou, a terminar, a disposição patriótica dos comunistas em esgotar todos os seus esforços para se encontrar uma plataforma que permita a consolidação da democracia.

NOTA DA SIP DESMASCARA ESPECULAÇÕES

Ainda no passado dia 30, a Secção de Informação e Propaganda do Partido, divulgava aos órgãos de comunicação uma nota com o objectivo de desmascarar as especulações feitas em certa imprensa sobre a posição do PCP relativamente à formação do novo Governo.

Tanto antes como depois da votação da moção de confiança no Governo, no dia 8 de Dezembro, o PCP insistiu em que o primeiro passo a dar através das negociações seria a elaboração de uma plataforma, o que simplificará extraordinariamente os problemas relativos à formação e composição do novo Governo. No caso de acordo de uma plataforma, o PCP estaria disposto a considerar várias fórmulas de Governo, com ou sem participação comunista.

Isto não significa que o PCP tenha em algum momento afirmado desinteressar-se de se pronunciar, na altura devida, sobre a composição política essencial do futuro Governo.

Esta a posição que o PCP mantém: disposição a negociar e a chegar a acordo acerca de uma plataforma e, chegando-se a uma plataforma, chegar também a acordo acerca da composição do futuro Governo, incluindo a participação ou não participação de comunistas. — começa por referir o comunicado da SIP, que mais adiante esclarece:

Diversos jornais têm falado na eventualidade de um Governo PS/CDS, ou PS com destacadas "personalidades" CDS, o que seria uma forma disfarçada de um Governo de coligação PS/CDS.

Sublinha-se a necessidade de que estas e outras ideias sobre a composição do Governo não venham a comprometer a possibilidade de acordo

acerca da plataforma e também de um entendimento quanto à fórmula governativa.

Relembra-se que o PCP sempre tem declarado opor-se a um Governo de coligação, aberta ou disfarçada, do PS com o CDS, o PPD, ou estes dois partidos.

O PCP sempre afirmou que um Governo com tal composição política significaria novas e perigosas cedências à reacção, acentuaria aspectos negativos do Governo demissionário, não resolveria e antes agravaria os problemas económicos, financeiros, sociais e políticos existentes.

A concluir, o documento da SIP esclarece, uma vez mais, que, segundo o PCP, a saída para a crise e a solução dos graves problemas nacionais só se poderão encontrar na base do respeito pela Constituição, do respeito pelas transformações democráticas realizadas depois do 25 de Abril (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão), da defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas laboriosas, da consolidação do regime democrático e da garantia da independência nacional.

Anteontem, uma delegação do Comité Central do Partido, constituída por Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política, Carlos Brito, da Comissão Política e presidente do grupo parlamentar comunista, e Domingos Abrantes, do Secretariado, reuniu-se em S. Bento, durante mais de duas horas, com três representantes do PS: Jorge Campinos, António Reis e Jaime Gama.

Se há quem pense na participação dos trabalhadores num esforço de real recuperação económica, sem que os trabalhadores sejam responsáveis pela sua definição e sem que confiem em quem a vai executar, se há quem pense assim, está enganado — afirmaria o camarada Carlos Brito aos jornalistas que aguardavam a delegação comunista.

Sobre a reunião com os socialistas, declarou que foi mais um encontro exploratório, tendo em vista a possibilidade de encontrar um acordo sobre uma plataforma, orientada para uma política de recuperação económica.

A concluir, Carlos Brito frisou que um acordo entre socialistas e comunistas deverá ser concretizado antes da apresentação do programa de Governo na Assembleia da República.



Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O SEMANÁRIO PORTUGUÊS DE MAIOR TIRAGEM

Atingindo no último mês de 1977 os 85 mil exemplares, o «Avante!» consolida assim a sua posição de semanário português de maior tiragem.

A evolução da tiragem nos últimos cinco meses, que junto ilustramos, reflecte o aumento da expansão do «Avante!», o qual, nunca é demais acentuá-lo, reflecte por sua vez a crescente influência e audiência popular do PCP.

Entramos no novo ano, pois, confiantes no futuro do nosso glorioso «Avante!». Tudo faremos para o melhorar cada vez mais. Com a ajuda dos nossos amigos e leitores, consegui-lo-emos sem dúvida.



AGOSTO 70 831	SETEMBRO 75 784	OUTUBRO 79 500
NOVEMBRO 83 977	DEZEMBRO 85 083	JANEIRO (?)

Plenário da CGTP-IN

RECLAMADA UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

A CGTP-IN, no seu plenário nacional de 29 de Dezembro findo, reafirmou as posições fundamentais já definidas no plenário de Outubro e no memorando apresentado ao Governo. A actualidade dessas posições baseia-se no projecto consagrado na Constituição da República e na satisfação das reivindicações essenciais dos trabalhadores.

A grande assembleia em que participaram 154 organizações sindicais e durante a qual se inscreveram na CGTP-IN mais dois Sindicatos (Marceneiros de Braga e Hotelaria de Aveiro), além dos 14 que se filiaram depois do Congresso de Todos os Sindicatos, aprovou por unanimidade e aclamação o orçamento da Central para 1978 e elegeu os representantes dos trabalhadores portugueses para o Conselho Nacional do Plano. No final, foi aprovado um documento intitulado «Por uma política de acordo com os interesses dos trabalhadores e do País» onde a dado passo se afirma:

«Os trabalhadores e o Movimento Sindical estão certos de que um novo governo que eventualmente se venha a constituir tirará as ilações da experiência negativa do Governo demissionário e terá de encontrar soluções que respondam aos anseios dos trabalhadores e às necessidades económicas e financeiras nacionais, que possibilitem uma grande mobilização do Povo português para a superação da crise e a melhoria das condições de vida».

A eleição dos representantes dos trabalhadores para o Conselho Nacional do Plano teve na base uma proposta do camarada António Gervásio e que terá lugar na sociedade recreativa "Os Galitos", freguesia de Santo André, Barreiro.

pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, pelo Sindicato dos Seguros do Sul e pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Segundo a proposta aprovada, «a composição da representação sindical ao Conselho Nacional do Plano ficará constituída pelos elementos indicados por cada uma das seguintes associações sindicais: CGTP-IN, Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, Federação dos Sindicatos de Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, Federação dos Sindicatos do Comércio, Federação dos Sindicatos dos

Portuários/Mar, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas».

Nos termos do comunicado distribuído no final dos trabalhos, a proposta para o Conselho Nacional do Plano «foi subscrita pelo Sindicato dos Seguros do Sul e pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na qualidade exclusiva de organizações sindicais sem qualquer representatividade que ultrapasse a do âmbito destes dois sindicatos».

Numa análise à política do Governo demissionário,

o documento de orientação sindical apresentado pelo secretariado da CGTP-IN e aprovado pelos representantes de mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores sindicalizados lembra mais uma vez que essa política, «apoiada e incentivada pelas forças da direita, do grande capital e do imperialismo», contrariamente ao que foi anunciado, «não conduziu, nem poderia conduzir, à melhoria da situação económica e financeira». Por isso, os trabalhadores e o Movimento Sindical «seguem atentamente as várias fases que se desenvolvem no plano político, no sentido de que seja definida uma nova política e constituído um novo Governo». Ao mesmo tempo que condenam «as tentativas desestabilizadoras das organizações do patronato reacçãoário», demonstrando,

por outro lado, uma maturidade e consciência que os leva a rejeitar «provocações e aventuras», os trabalhadores portugueses têm capacidade suficiente para encontrar formas de luta ajustadas às condições concretas do momento actual no sentido de «responderem às manobras da reacção que, nas empresas e no plano político, tentam tirar proveito da situação existente».

A força mobilizadora, a iniciativa e a organização do Movimento Sindical são sublinhadas no documento em contraste com as tentativas desestabilizadoras às quais os trabalhadores se opõem a serenidade consciente de quem saberá encontrar «as formas de acção adequadas à defesa dos seus interesses de classe».

O documento de orientação sindical destaca ainda o grave

perigo para o regime democrático que o nosso País teria de enfrentar, caso houvesse reincidência ou se aprofundasse uma política como a do Governo demissionário que a resistência dos trabalhadores acabaria por votar ao fracasso.

Sublinhando o significado das «repetidas» vitórias nas eleições sindicais de listas que se identificam com as posições da CGTP-IN, o documento acrescenta que a dinâmica verificada no seio dos trabalhadores continua no sentido da «democracia e da liberdade, no sentido da Constituição».

Por isso, a CGTP-IN, qualquer que seja a evolução da vida política em Portugal, confia que os trabalhadores, ao mesmo tempo que defendem os seus interesses de classe, defenderão também

a democracia, a independência nacional e o projecto socialista consagrado na Constituição.

O plenário da CGTP-IN, Inter-sindical Nacional, num comunicado de saudação aos trabalhadores portugueses, por ocasião da passagem de ano, depois de salientar o passo fundamental que foi, em 1977, o êxito do Congresso de Todos os Sindicatos e a combatividade manifestada ao longo de todo o ano pelos trabalhadores, acrescenta que «o reforço da unidade do Movimento Sindical ao longo de 1977 é uma grande vitória de todos os trabalhadores portugueses, cuja elevada consciência de classe permitiu derrotar as manobras divisionistas e, consequentemente, reforçar a grande frente de luta de massas para a defesa dos nossos interesses de classe».

electricistas e marinheiros mercantes elegeram, por seu turno, corpos gerentes unitários para os seus Sindicatos, enquanto o mesmo sucedia nas Comissões de Trabalhadores da Torralta, da Renault Portuguesa e da Metalúrgica Duarte Ferreira, do Tramagal.

Este movimento de unidade é irreversível. As próximas eleições sindicais e para as CTS reafirmarão a mesma linha de reforço do movimento sindical no caminho constitucional da defesa dos direitos da classe operária e de todos os trabalhadores.

trabalhadores aprovaram por unanimidade, na linha do que já vinham praticando, em Janeiro de 1977, no Congresso de Todos os Sindicatos e que são a unidade, a independência, a democracia e liberdade sindicais.

Desmascarados pela sua própria actividade, os dirigentes divisionistas da «Carta Aberta» nunca conseguiram enganar verdadeiramente os trabalhadores que dizem representar. As eleições de 1977 provaram-no com tanta evidência, que é desnecessário lembrar

o processo de desagregação interna do auto-intitulado «movimento» da «Carta Aberta», que veio a cair redondamente na «nova prática sindical» e «reformista» de direita.

Essas listas unitárias continuaram, durante todo o ano de 1977, a chamar às urnas, com êxito, a maioria dos trabalhadores sindicalizados, ao mesmo tempo que se afirmavam também as posições unitárias nas eleições para as Comissões de Trabalhadores nas maiores empresas do País.

A fechar o ano que findou, trabalhadores

UM ANO DE VITÓRIAS UNITÁRIAS NA LINHA DO REFORÇO SINDICAL

A unidade dos trabalhadores afirmou-se no ano findo através de muitas lutas e de uma actividade complexa e muito diversificada, de acordo com os problemas dos mais variados sectores do trabalho e com o nível de desenvolvimento das reivindicações e dos resultados já alcançados nos campos da contratação colectiva, do combate ao desemprego e à contra-revolução legislativa, da solidariedade actuante e da salvaguarda, afinal, das conquistas revolucionárias dos trabalhadores. Mas um objectivo único e central comandou essas lutas

e toda a actividade dos trabalhadores organizados. Foi o reforço do movimento sindical, enquadrado no fortalecimento mais vasto do movimento operário e popular.

As eleições sindicais foram parte extensa e significativa desse reforço, por vezes surpreendente, se atendermos aos esforços, muitos amplos, desenvolvidos por várias correntes divisionistas para contrariar a unidade sindical em benefício da direita e da recuperação capitalista, ajudada, embora com nenhum êxito, pelas

tendências esquerdistas e por bandos de provocadores infiltrados em alguns (muito poucos) sindicatos. A derrota e o afundamento quase definitivo da «Carta Aberta» ilustra muito bem como a cabeça do divisionismo sindical a sua parte mais visível, foi reduzida à sua insignificância de raiz, que apenas tomara vulto por força da demagogia e da colagem que, no início da sua actividade desagregadora, tentou fazer aos grandes princípios que orientam o movimento sindical unitário e que os representantes de 1800 mil

trabalhadores aprovaram por unanimidade, na linha do que já vinham praticando, em Janeiro de 1977, no Congresso de Todos os Sindicatos e que são a unidade, a independência, a democracia e liberdade sindicais.

Desmascarados pela sua própria actividade, os dirigentes divisionistas da «Carta Aberta» nunca conseguiram enganar verdadeiramente os trabalhadores que dizem representar. As eleições de 1977 provaram-no com tanta evidência, que é desnecessário lembrar

o processo de desagregação interna do auto-intitulado «movimento» da «Carta Aberta», que veio a cair redondamente na «nova prática sindical» e «reformista» de direita.

Essas listas unitárias continuaram, durante todo o ano de 1977, a chamar às urnas, com êxito, a maioria dos trabalhadores sindicalizados, ao mesmo tempo que se afirmavam também as posições unitárias nas eleições para as Comissões de Trabalhadores nas maiores empresas do País.

A fechar o ano que findou, trabalhadores

Na Tomé Fêteira com os trabalhadores

UM EXEMPLO DA BOA GESTÃO E DA CAPACIDADE DE LUTA

O «clá Fêteira» era o braço do fascismo em Vieira de Leiria. Quando a revolução de Abril lhes bateu à porta julgaram que pouco tinha mudado. Antes exploravam e perseguiram. Depois exploraram e conspiraram contra Abril e as suas conquistas. Mas os trabalhadores e o povo de Vieira de Leiria tinham uma dura experiência de luta. Operários ilmeiros, vidreiros, operários-agricultores e lenhadores (e pescadores, muitas vezes, por falta de outros recursos) lutaram ou apoiaram as lutas dos trabalhadores da fábrica de lmas Tomé Fêteira, reprimidos e presos por ordem do «clá», que os aterrorizava às centenas para o desemprego a miséria e a fome. Mas a resistência venceu. Hoje, são trabalhadores que gerem a empresa através de uma Comissão Executiva de seis elementos destacados pela CT. Intervencionada primeiro e mais tarde devolvida ao patronato, sem que este dela tomasse posse efectiva, a empresa caiu numa situação de vazio jurídico com problemas, que os trabalhadores procuraram superar. Foi desses problemas, dificuldades e também êxitos que elementos da CE falaram ao «Avante!».

Quando da desintervenção, a saída do gestor por parte do Estado levantou dúvidas fora da empresa quanto à capacidade de gestão dos trabalhadores. As dúvidas não tinham razão de ser.

«Nós nunca tivemos qualquer receio quanto à nossa capacidade», diz-nos um dos trabalhadores «É verdade que a situação da empresa era e é complexa. Trata-se de uma empresa exportadora. Daí a possibilidade de os Fêteiras tentarem influenciar a rede dos clientes contra nós. Mas, hoje, através de um rigoroso controlo de gestão, não temos os problemas que se poderiam recear».

A GESTÃO DOS TRABALHADORES

Com a saída do gestor apareceram dificuldades?

«Apareceram problemas, não de gestão, mas de ordem burocrático-legal. Por exemplo, quanto à capacidade legal para movimentar os meios financeiros da empresa nos bancos. Ainda que um tanto precariamente, essa dificuldade foi superada através da luta e da unidade dos trabalhadores. Quanto a outros aspectos, o próprio gestor reconheceu que nós, trabalhadores, estávamos aptos a conduzir a empresa. E tanto assim foi que, quando ele saiu, poderia ter entregue as chaves da empresa ao Ministério do Trabalho ou ao Ministério das Finanças. Mas

não o fez. Foi a nós que entregou as chaves

«E quanto a números? Quanto a resultados?

«Já se pagou uma dívida de 7500 contos à fábrica de aços. Começou-se a pagar à Caixa de Previdência. Os trabalhadores receberam os salários e auferem de todas as regalias de acordo com o contrato. A dívida de 30 mil contos que os Fêteiras deixaram na banca já começou a ser amortizada. Nenhum trabalhador foi despedido. A empresa realiza mensalmente meios financeiros para as suas necessidades normais. Já não se recorre a empréstimos bancários para liquidar, salários, etc. Já se pagaram também aos trabalhadores 4 mil contos parte do que a anterior administração lhes devia

«E a rede de clientes como reagiu? Nesse domínio muita coisa saiu ao contrário do que alguns, sobretudo os Fêteiras, esperavam. O número de clientes não diminuiu. Aumentou. As vendas a antigos clientes de muitos anos não diminuíram. Aumentaram também. Em 1977, até ao mês de Outubro, um grande número de clientes importou mais do que no mesmo período de 1976. E apareceram novos países clientes como

o Líbano, o Panamá, o Quênia, Guiné-Bissau, Qatar, Grécia, Togo etc. Há países que nos compram cada vez mais. A Venezuela, por exemplo. Em 1976, comprou-nos 11 700 contos e em 1977 o volume das suas compras ascende, ainda antes de terminar o ano, a quase 17 mil contos.

«A devolução da empresa já foi tentada e só ainda não se concretizou devido à firme oposição dos trabalhadores.

Quanto ao regresso dos Fêteiras, há alguns dados novos?

«O Governo tentou de facto devolver a empresa aos que durante anos a descapitalizaram. Mas todas as tentativas dos Fêteiras para aqui entrar (a última foi em Maio) fracassaram perante a oposição quase unânime dos trabalhadores. A sua disposição continua a mesma: lutar para impedir o regresso dos Fêteiras, pois isso significaria de novo a exploração, despedimentos, etc.

«E quanto à definição e aplicação de um estatuto jurídico à empresa? Têm desenvolvido esforços nesse sentido?

Temos tentado reunir com



Manifestação dos trabalhadores da «Tomé Feteira»

responsáveis governamentais que sempre nos têm respondido com evasivas, quando não com o silêncio. O mesmo tem acontecido em relação a um pedido de sindicância aos actos administrativos dos Fêteiras que lesaram a empresa. Este pedido tem andado num verdadeiro ping-pong de repartição em repartição. Todos se recusam a iniciar o processo de responsabilização dos Fêteiras. Houve mesmo quem nos afirmasse, em departamentos oficiais, que quaisquer que sejam os resultados da sindicância, eles não poderão prejudicar a devolução da empresa aos Fêteiras. Isto dá bem a ideia de como as fraudes dos ex-patrões, que podem ser comprovadas, são vistas a nível oficial.

O FUTURO SERÁ DE LUTA

Depois dos nos explicarem como os Fêteiras reagiram. A decisão do Tribunal da Marinha Grande, que tornou possível a continuação dos trabalhadores na gestão da empresa, — os ex-patrões interpuseram recurso e moveram um processo à CT — os trabalhadores disseram ao «Avante!» que os Fêteiras tentam criar um clima de insegurança e de desânimo na fábrica e na população da vila a fim de obterem condições para o regresso, ao mesmo tempo que dizem estar a construir uma fábrica de lmas no Brasil. Mas os trabalhadores estão informados e o ambiente não é de molde a que os Fêteiras alcancem o seu objectivo.

A propósito de uma declaração dos Fêteiras a um jornal brasileiro a delegação do Fundo de Fomento Exportação no Brasil dirigiu uma carta à fábrica de Vieira de Leiria,

procurando saber se entre ésta e a Librasa, nome da outra empresa, havia alguma ligação. Os trabalhadores responderam que não e informaram que a afirmação dos Fêteiras segundo a qual a empresa em Portugal estava a dar assistência técnica à Librasa é tão falaciosa como a sua outra afirmação de que a sua empresa no Brasil poderá satisfazer 70 por cento das necessidades brasileiras em lmas — coisa a Nicholson», que é um potentado internacional na indústria limeira, continua muito longe de conseguir, não obstante a sua permanência de muitos anos no Brasil.

«De momento, quais são os problemas de solução mais urgentes?

«São os problemas económico-financeiros e a reconversão tecnológica cada vez mais necessária e urgente. Quanto aos primeiros, deve referir-se a herança de uma elevada dívida dos Fêteiras à banca. Esta, em vez de ajudar, cria dificuldades. Para não congelar as contas da empresa,

a banca obrigou-nos a estabelecer um programa de amortizações, mediante a entrega de 5 por cento das nossas exportações em 1977, 7,5 por cento em 1978 e 10 por cento em 1979.

Quanto à modernização da fábrica não deixaremos de lutar por ela para podermos concorrer com as congéneres estrangeiras melhor apetrechadas. Apesar das dificuldades, há a possibilidade de adquirir novos equipamentos que permitirão a reestruturação da empresa mantendo os postos de trabalho e mesmo criando novos ao nível dos quadros técnicos.

«Não havia um plano de investimentos do Estado para a empresa?

«Efectivamente, o Governo fez uma promessa que não cumpriu. Programou um investimento de 60 mil contos repartido em partes iguais pelos anos de 1977, 1978, 1979. Desde Outubro findo, que o Ministério da Indústria e Tecnologia tem o plano necessário. O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas apoiou a reestruturação da empresa juntamente com as outras empresas limeiras de Vieira de Leiria. Mas entretanto o Governo PS decidiu desintervencionar a Tomé Fêteira, desistindo da formação de uma empresa de capital misto com parte maioritária do Estado. Todavia, nós continuaremos a lutar pela não devolução da empresa aos Fêteiras, pela definição de um estatuto jurídico e pela reestruturação, porque se isto não for feito a curto prazo as consequências recairão sobre os trabalhadores e a economia do nosso país, visto que a Tomé Fêteira, como já dissemos, é uma empresa exportadora e portanto de grande interesse nacional, sobretudo na actual conjuntura económica.

UM JUIZ SANEADO POR CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

Em parte relacionado com o caso Fêteira surgiu, já depois de pronta esta entrevista, o afastamento do juiz, dr. Celso Dengucho, da comarca da Marinha Grande.

Entre os protestos veementes contra esta medida arbitrária da Secção Disciplinar do Conselho Superior da Magistratura destacamos a da Assembleia das Comissões de Moradores do Conselho da Marinha Grande que, perante a «escandalosa injustiça e arbitrária violência», levanta «o mais indignado protesto» pelo saneamento daquele magistrado.

O dr. juiz Celso Dengucho — refere a Assembleia — foi saneado precisamente pela sua incorruptibilidade, foi saneado por respeitar zelosamente os princípios constitucionais, foi saneado por ser um democrata progressista, foi saneado por, em cumprimento de princípios constitucionais, ter decidido juridicamente a movimentação da conta bancária da Tomé Fêteira pela Comissão de Trabalhadores desta empresa contra os interesses egoístas dos exploradores Fêteiras, foi saneado por ter apoiado, como juiz e como homem, a meritória acção das organizações populares de base, cumprindo mais uma vez as determinações do articulado constitucional, foi saneado por defender uma justiça ao serviço do povo, foi saneado, portanto, por ser um combatente antifascista».

NÃO DEIXEMOS QUE A RUÍNA DO «SECULO» SEJA RUINOSA PARA OS TRABALHADORES!

Trabalhadores comunistas do jornal "O Seculo", encerrado desde Fevereiro do ano findo para uma anunciada reestruturação que nunca mais chega, falam-nos da situação actual da luta pela manutenção dos postos de trabalho e o recebimento dos salários e das dificuldades com que deparam depois de o PPD se instalar na empresa para levar à ruína.

"Se o Seculo cair cai a primeira empresa nacionalizada", lembram os nossos camaradas, acentuando a posição do Provedor de Justiça que, em carta para a Comissão Sindical, reafirmou a inconstitucionalidade de uma eventual entrega da empresa ao capital privado.

Os trabalhadores do Seculo receberam há dias os salários de Outubro e Novembro do ano findo. Dezembro e o subsídio de Natal ainda não foram pagos. Ao fim de 11 meses, a situação continua por resolver. A Secretaria de Estado da Comunicação Social não apresenta qualquer solução viável. Desde que a empresa está parada (só funcionam as publicações do exterior com cerca de 100 trabalhadores) já se gastaram em salários cerca de 8800 contos pagos pelo erário público.

Quando o jornal deixou de se publicar a empresa tinha um total de 900 trabalhadores. A grande maioria defendeu sempre uma linha democrática e revolucionária para o jornal que a manteve sempre que possível e, frequentemente, em condições muito difíceis. A organização e a unidade dos trabalhadores não foram aproveitadas para a recuperação da empresa. Antes foram atacadas depois de que o PPD pôs os pés no jornal. Hoje, raro é o plenário em que comparece uma

percentagem de trabalhadores que o justifique e lhe confira representatividade para deliberar.

O esforço desenvolvido pela Comissão Sindical tem sido inestimável. Mas precisa de apoio. Quatro delegados sindicais não podem fazer tudo. Há muitos sindicatos representados na empresa. Jornalistas, Gráficos, Trabalhadores de Imprensa, Garagens, Metalúrgicos, Rodoviários são os principais. É preciso que o esforço dos delegados não caia no

abandono. Convém lembrar que sem esse esforço, ao qual se junta o dos trabalhadores comunistas, certamente os salários não seriam pagos. Elementos de vários Sindicatos fazem parte de um secretariado. É preciso activá-lo, dizem os nossos camaradas do Seculo.

Afora os boatos, que proliferam, ninguém parece ter uma solução para o Seculo. Mas a situação actual não pode manter-se indefinidamente. Manuel Alegre, na altura à frente da SECS, deu, na Televisão, um prazo de 3 meses para reestruturar a empresa. Onde eles vão, prazos e soluções?

Situação idêntica sofrem os trabalhadores do Jornal do Comércio onde os delegados sindicais afirmavam há dias que o Conselho de Gerência "não cumpre o actual acordo

colectivo de trabalho, em vigor desde Janeiro do ano findo" e que "a administração tem feito despedimentos ilegais, baseados no despacho normativo sobre o pluriemprego, alllás já revogado e cujas comunicações de rescisão de contratos têm data anterior ao prazo para opção".

Estas situações não podem manter-se. Mas também não podem repetir-se situações anteriores como o parasitismo flagrante no Seculo onde, por exemplo, se fazia uma folha partidária de um grupelho neonazi, que ficou a dever 6000 contos à empresa, enquanto lá metia (para fazer a folha e lá continuaram) mais 40 pessoas, quando a situação financeira do Seculo estava já pelas ruas da amargura com o PPD a empurrá-lo para a ruína.

tais — como ainda constitui uma tentativa de justificação teórica do trabalho que, na prática, jamais foi realizado. Sobre o despacho exarado pelo actual secretário de Estado da Orientação Pedagógica, aquele documento sindical sublinha que nele se pode ver um exemplo do que afirmamos, contrastante, aliás, com a absoluta negação do diálogo do MEIC para com os professores, mesmo através das suas organizações de classe: os sindicatos.

Os alunos do Ramo Educacional das Faculdades de Ciências podem continuar

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

DIVIDIR PARA SABOTAR: SINDICATO DENUNCIA ASSOCIAÇÃO PARALELA

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos (STICF), «esperando que o bom senso triunfe sobre o aventureirismo», repudia a tentativa de criar uma associação sindical paralela que «uma comissão instaladora nacional» pretende levar a cabo. Criado em 1975, aquele Sindicato, «vertical e nacional», negocia actualmente o CCTV para o sector. «A tentativa de criar sindicatos paralelos — adverte o STICF — mesmo com rótulo de democráticos, em nada contribui para aumentar o grau de consciência e de coesão entre os trabalhadores», servindo apenas o patronato.

O STICF chama a atenção para esta realidade, que deve ser tida em conta «quando qualquer trabalhador sério e digno é tentado a entrar no jogo da divisão, aliado por promessas de benesses ou por palavras muito queridas dos trabalhadores, tais como democracia e liberdade» que, neste caso, em vez de unir se destinam a sabotar a unidade e a comprometer a sua eficácia.

AMEAÇA DE DESEMPREGO COMBATIDA NOS AÇORES

O Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo pós a Assembleia Regional dos Açores perante o problema do desemprego que ameaça 104 trabalhadores «eventuais» ao serviço da Base Aérea 4, das Lajes. Continuando a trabalhar sem contrato escrito e sem receberem os retroactivos de Janeiro a Setembro do ano findo, apesar de haver um despacho que os equipara aos do quadro, esses 104 trabalhadores estão ameaçados de desemprego, que «não é tecnológico, nem tem justificação técnica nenhuma», protesta o Sindicato na carta que enviou ao presidente da Assembleia Regional dos Açores.

ASSALARIADOS RURAIS CONTRA DESPEDIMENTO DE UM DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Agrícola de Coimbra apela à solidariedade de todos os assalariados rurais e protesta contra o despedimento de um delegado sindical da freguesia de Arazede, que trabalhava na empresa Manuel Gameiro Sisudo. Lutando contra os despedimentos ilegais e arbitrários, que se repetem na tentativa patronal de afastar os trabalhadores rurais da sindicalização no Centro e Norte do País, o Sindicato apela aos órgãos do poder para que não demorem mais a saída da regulamentação do trabalho rural, que os trabalhadores aguardam desde Outubro de 1976, quando o Governo da direcção do PS prometeu publicá-la.

ESCRITÓRIOS DE FARO PAGA QUOTAS À CENTRAL ÚNICA

A Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Faro, ao aprovar o orçamento para 1978, decidiu liquidar as quotas em dívida à CGTP-Intersindical Nacional. A interrupção do pagamento deveu-se à actuação anti-sindical de dirigentes afectos ao que foi a «Carta Aberta». A Assembleia decidiu ainda ratificar a adesão do Sindicato à central única dos trabalhadores portugueses.

PROTESTO DOS TRABALHADORES DA ANOP CONTRA NOMEAÇÃO ILEGAL DE GESTORES

A CT da ANOP protestou junto da Secretaria de Estado da Comunicação Social contra a imposição de um conselho de gerência nomeado pelo Governo sem ouvir os trabalhadores. A lei foi violada, conforme reconheceu o próprio ministro da Justiça, dr. Almeida Santos, encarregado daquela Secretaria, pois o Conselho de Ministros actuou sem observar o disposto nos Estatutos da agência de notícias do Estado que manda ouvir os trabalhadores da empresa acerca da nomeação dos gestores. A CT da ANOP declara que é alheia ao actual Conselho de Gerência nomeado em 30 de Novembro findo pelo Governo demissionário.

Greve na TAP

UM SILÊNCIO INACEITÁVEL PERANTE COMPROMISSOS PREOCUPANTES

Num comunicado aos trabalhadores da TAP, a célula do PCP na empresa condena o silêncio sobre as negociações, que "visou possibilitar uma solução de cedência completa às reivindicações do SPAC, e que é inaceitável sob qualquer

prisma por que se observe".

Depois de referir os prejuízos de uma greve de oito dias, decretada por um sindicato paralelo, e que ascendem a mais de 150 mil contos, o comunicado aponta duas tarefas imediatas:

1. Exigir ao Conselho de

TÊXTEIS SEM APOIO BANCÁRIO: MIL TRABALHADORES EM RISCO DE DESEMPREGO

Com contratos de viabilização já elaborados, as empresas têxteis Sociedade Industrial de Gouveia e Ernesto Cruz & C., da Covilhã (980 trabalhadores no total) precisam urgentemente do apoio da Banca nacionalizada para adquirir matéria-prima e satisfazer as encomendas em carteira. Inteirado da situação numa visita feita a pedido dos trabalhadores, um grupo de deputados comunistas prometeu desenvolver esforços para que as empresas possam continuar a laboração.

500 FAMÍLIAS DEPENDEM DA HABITAT QUE NÃO PAGA SALÁRIOS

Sem resposta às suas propostas para viabilizar a Habitat (grupo de empresas da construção civil com intervenção do Estado) as Comissões de Trabalhadores e Intersindical recordam que esperam há oito meses que o Ministério da Habitação se digne receber os representantes dos trabalhadores há dois meses sem salários e sem subsídio de Natal. As empresas caminham entretanto para a paralisação completa por falta de materiais, afectando 500 famílias que dependem dos salários que a Habitat não pode pagar.

NA JFS A REPRESSÃO CONTINUA: SUSPENSOS 14 TRABALHADORES

Um abaixo-assinado de protesto contra os despedimentos, ordenados pelo patrão reintegrado, acelera a repressão na JFS, empresa de construção civil de Sacavém, onde acabam de ser suspensos 14 elementos da Comissão de Trabalhadores. Enquanto o documento de protesto continuava a recolher dezenas de assinaturas, eram notificados disciplinarmente dois engenheiros. Segundo a CT, a nota de culpa «está cheia de falsidades».

BANCÁRIOS DO SUL ORÇAMENTO APROVADO SEM CONFIANÇA

Aprovamos o orçamento para 1978 «não como prova de confiança na direcção», mas como «testemunha da consciência dos trabalhadores bancários» acerca da importância do orçamento «na gestão normal da vida do Sindicato e até na perspectiva de que a sua execução» não caiba à direcção actual — refere numa moção aprovada em assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, cuja direcção faz parte do que foi a «Carta Aberta».

TRABALHADORES EM TRIBUNAL POR ACTIVIDADES SINDICAIS

Processada pela actual CA da J.Pimenta, a antiga CT da empresa terá o seu julgamento marcado num prazo de 30 dias. Por estranho que pareça, a CT vai sentar-se no banco dos réus por desenvolver actividades de âmbito sindical para esclarecimento dos seus companheiros de trabalho. Que tribunal pode julgar trabalhadores com base em semelhante matéria? Não será decerto um tribunal português num país com esta Constituição que vigora desde 25 de Abril de 1976.

STELBER: INCAPACIDADE E INCOMPETÊNCIA AFECTA 500 TRABALHADORES

O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, perante a ameaça de desemprego para 500 trabalhadores da fábrica de bicicletas Stelber, de Águeda, acusa num comunicado a «sabotagem do capitalismo nacional e internacional a que o Governo da direcção do PS deu cobertura, aliado à incapacidade, incompetência, inoperância e desprezo pelos interesses dos trabalhadores, revelados por esse mesmo Governo e pela banca nacionalizada». A empresa está falida desde Julho do ano findo.

Gerência que apresente as medidas imediatas a tomar, no sentido de garantir que as responsabilidades, por si assumidas, não irão afectar a recuperação económica em curso, nem servir de pretexto para pôr em causa os postos de trabalho.

2. Reforçar as organizações unitárias de trabalhadores, nomeadamente a CSE e a CT que mais do que nunca terão que ser organismos vivos, operantes e ligados aos trabalhadores como garantia de que os seus interesses fundamentais não serão afectados.

Os numerosos problemas humanos criados por uma greve que, na prática «esteve ao serviço das forças da direita mais reacçãoária» são apontados pelos trabalhadores comunistas da TAP, que acrescentam:

«O imediato desmarcamento dos objectivos políticos da direita levado a cabo pelo PCP e por alguns órgãos de informação, a consciência e serenidade demonstradas pelos trabalhadores, a sua unidade reforçada,

constituíram as principais razões da derrota política da direita no aproveitamento da greve do pessoal navegante».

Mas os compromissos assumidos pela TAP são preocupantes. O comunicado afirma que esses compromissos relativos "a tabelas salariais e outras cláusulas acordadas, tomando como base os elementos fornecidos pelos Sindicatos de Voo, ascendem a mais de 400 mil contos e não aos 275 mil que vêm sendo referidos, o que virá a criar situações extremamente graves à empresa».

Daí que a preocupação de todos os trabalhadores deva incidir nas tarefas apontadas pelos trabalhadores comunistas, nomeadamente no que respeita à segurança do emprego.

Condenando as cedências do Conselho de Gerência e do Governo, a célula do PCP na TAP apela, por último no seu comunicado, «para a serenidade e firmeza de todos os trabalhadores como garantia da recuperação da empresa, da defesa dos postos de trabalho e do início de um autêntico controlo de gestão tão necessário na TAP».

«A escola e a vida no caminho de Abril»

POR UMA GRANDE DIVULGAÇÃO DO 1.º CONGRESSO DA UEC

As organizações da União dos Estudantes Comunistas estão mobilizadas para uma importante frente de trabalho: a preparação do seu 1.º Congresso, que decorrerá nos próximos dias 21 e 22, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, subordinado ao lema «A escola e a vida no caminho de Abril».

O pleno êxito daquela frente depende, em grande medida, da projecção que tiver nas massas estudantis, do impacto que exercer nos estudantes.

Principal factor de divulgação e penetração nas massas, a Informação e Propaganda (IP) deve ser concebida de forma a cumprir plenamente o seu importante papel. Quanto mais dinâmica, diversificada e atraente for mais eficaz se torna.

O Congresso tem de estar

na rua, nas escolas, nos centros de convívio dos estudantes!

Procurando contribuir para uma maior eficácia no trabalho de IP de todas as organizações, a direcção da UEC elaborou um plano centralizado que evita a multiplicação desnecessária de esforços.

Ao centralizar-se este trabalho, não significa que as organizações se limitem a difundir materiais central-

mente editados. Bem pelo contrário. A sua planificação e centralização só facilitam e incentivam a preparação de iniciativas sectoriais e de célula.

Com efeito, a elaboração de um calendário (dia 8 — início da colocação de panos alusivos ao Congresso; 9 — colagem massiva do cartaz do Congresso e distribuição de tarjetas; 16 — saída da tarjeta de propaganda da festa de encerramento do Congresso)

não significa que se pretenda limitar a propaganda central às iniciativas nele inseridas.

Pretende-se encontrar uma base planificada de algumas iniciativas que permitam ajustar e coordenar o lançamento de outros materiais.

As datas indicadas referem-se às saídas dos materiais em Lisboa.

ALGUMAS INDICAÇÕES

CARTAZ DO RECRUTAMENTO: como tem uma tiragem reduzida, interessa aproveitá-lo o melhor possível e não deve ser colado em paredes

escuras e pouco iluminadas; o impacto de um só cartaz pode ser aumentado se for colado, por exemplo, numa folha de papel de cenário, acompanhado por uma inscrição alusiva à campanha e ao Congresso.

CARTAZ DO CONGRESSO: a prática demonstrou que pequenas colagens que se arrastam ao longo de vários dias perdem, em grande medida, o impacto e os objectivos em vista; assim, a direcção da UEC propõe que se realize uma colagem massiva, em todo o País, com particular incidência no dia 9.

FAIXAS COM PALAVRAS DE ORDEM: vão ser editadas, com 1 metro por 10 cm, e deverão ser colocadas, entre outros locais, em escadarias, na parte vertical dos degraus; para melhor leitura, a colagem



Firmes e confiantes, os militantes e simpatizantes da UEC desenvolvem, presentemente, em todo o País, uma ampla actividade preparatória do seu 1.º Congresso, cujo pleno êxito depende, em grande parte, do trabalho de propaganda e divulgação junto das camadas estudantis

LARGAMENTE ULTRAPASSADA A META DOS 1500 NOVOS MILITANTES!

Tal como salientámos na nossa última edição, dois meses decorridos sobre o início da Campanha de Recrutamento «Promoção 1.º Congresso — Uma escola para a vida no Portugal de Abril», e faltando ainda um mês para o seu termo, o Secretariado da Comissão Central da UEC anunciava, num comunicado divulgado na passada semana, que já tinha sido cumprida e ultrapassada a meta fixada pela CC de trazer à UEC 1500 novos camaradas». Com efeito, segundo o apuramento nacional efectuado em 22 de Dezembro tinham aderido à organização 1511 jovens, sendo porém, neste momento, muito superior o número de recrutamentos feitos.

Saudando entusiasticamente os novos militantes, o Secretariado da CC da UEC sublinha, no referido comunicado:

A vossa adesão à UEC deu mais força àquela que é hoje, indelmente, a maior organização estudantil de

esquerda e é um precioso contributo para que ela se torne na organização de vanguarda dos estudantes portugueses. A vossa adesão à UEC deu mais força à democracia, nas escolas e no País, à unidade, nos estabelecimentos de ensino e fora deles, aos ideais libertadores de Abril. A vossa adesão à UEC deu mais força à «escola para a vida no Portugal de Abril» que queremos construir.

A CC da UEC salienta, em seguida, que o êxito obtido comprova, em primeiro lugar, o importante e destacado papel que a UEC ocupa no movimento estudantil e testemunha a crescente atracção que as suas propostas e actividades exercem junto de sectores cada vez mais vastos da juventude estudantil, tanto na Universidade, como, sobretudo, nas escolas do Ensino Secundário, onde, contrariamente ao que

reaccionários, perdem terreno a violência e o cacete, e, sob influência decisiva da UEC, se fortalecem os ideais da liberdade e da generosidade.

Ele confirma, em segundo lugar, — prossegue o comunicado — o entusiasmo com que a UEC no seu conjunto, dos organismos de direcção aos organismos de base, se lançou na preparação do seu 1.º Congresso.

ULTRAPASSAR OS 2000 NOVOS MILITANTES

Depois de referir que este grande êxito confirma igualmente «que também entre os estudantes e nas escolas se exprime e toma corpo um amplo movimento de opinião que reconhece nos comunistas portugueses, no PCP, a força mais consequentemente empenhada na defesa do regime democrático, das conquistas revolucionárias e direitos do povo»

o documento da UEC salienta, entretanto, a necessidade de prosseguir o esforço encetado, e afirma:

O próprio facto de um mês antes do Congresso se haver cumprido e ultrapassado a meta fixada pela Comissão Central para a Campanha de Recrutamento «Promoção 1.º Congresso» só põe em evidência a possibilidade de alargar mais e mais a UEC, aumentando o número dos seus efectivos, incidindo esforços particularmente incisivos naqueles sectores ou escolas onde é menos intenso o ritmo de recrutamento.

Confiante de que, até à data do 1.º Congresso, será atingido e ultrapassado o número de 2000 novos militantes da UEC, o Secretariado da CC apela a todas as organizações e militantes para que sigam, com redobrado entusiasmo, a Campanha de Recrutamento «Promoção 1.º Congresso».

CAMARADAS FALECIDOS

JOÃO DAMAS ESTEVES

Com 44 anos de luta nas fileiras do nosso Partido, faleceu no dia 2 de Janeiro o camarada João Damas Esteves, engenheiro técnico-agrário.

O camarada Damas Esteves, que contava 63 anos, começou a militar nas juventudes comunistas em 1933, quando estudante de Agronomia, tendo desenvolvido grande actividade nos movimentos estudantis de então.

Activista do MUD, pelas suas posições de intransigente lutador antifascista, foi perseguido e afastado de vários cargos públicos que ocupou, o que o obrigou a deixar o País em 1950, indo para Angola e Moçambique, de onde regressou em 1970. Um

firmeza e dedicação ao nosso Partido. A sua companheira e nossa camarada Maria Joana Damas Esteves, do colectivo do «Avante!», apresenta sentidas condolências, expressando os sentimentos de todos os comunistas.

MANUEL SOTO DA SILVA FERREIRA

Faleceu recentemente o camarada Manuel Soto da Silva Ferreira, comerciante do Turcifal e pai do militante comunista Álvaro Salazar Ferreira, membro da Comissão Concelhia de Sintra, do PCP.

O seu funeral, que se realizou no passado dia 2 para o cemitério de Colares, constituiu uma impressionante manifestação de pesar.

JOSÉ TIMÓTEO SILVA

A 27 de Dezembro de 1977, vítima de brutal acidente de viação, faleceu na Chamusca o camarada José Timóteo Silva. Fazia parte da Direcção local do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém e era um membro do Partido muito considerado.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» expressando os sentimentos de todos os comunistas, apresenta sentidas condolências.



dos aspectos da sua corajosa actividade política foi o apoio ao trabalho clandestino do nosso Partido.

A vida do camarada Damas Esteves é um exemplo de

EVOCAÇÃO DOS CAMARADAS MORTOS EM CUSTÓIAS

Dezenas de trabalhadores participaram nas romagens às campas dos camaradas Arménio Pereira da Silva e Celestino Teixeira, realizadas no passado domingo por iniciativa das células da «SEPSA» e da «UTIC-Norte», onde habitavam aqueles nossos dois camaradas que pereceram há dois anos na sequência dos trágicos incidentes ocorridos nas imediações da Cadeia de Custóias.

Junto das sepulturas usaram da palavra representantes das células daquelas empresas e os camaradas Edmundo Costa e João Moreira, ambos membros do Comité dos Metalúrgicos do distrito do Porto do nosso Partido, os quais salientaram a actividade de Arménio Pereira da Silva e Celestino Teixeira em defesa dos direitos dos trabalhadores, pela liberdade e pelo socialismo.

Recordando os acontecimentos verificados há dois anos, que custaram a vida

a três pessoas, o camarada Edmundo Costa sublinhou: as forças da reacção e grupos aventureiristas são os principais responsáveis por todas as ocorrências deste tipo que se têm verificado ao longo do processo revolucionário português. Cabe a todos os trabalhadores e ao povo português o papel de combate e autêntica vigilância contra este tipo de provocações que deixam ficar as suas marcas na história da nossa revolução.

Por seu turno, o camarada João Moreira a dado passo da sua intervenção, junto da campa do camarada Arménio Pereira da Silva, acentuou que ainda hoje as intenções dos provocadores são as mesmas, mas os trabalhadores e o povo português têm conseguido, através do combate firme e da vigilância constante, evitar novas vítimas e constantes atropelos à democracia e à liberdade.

ÁLVARO CUNHAL EM SACAVÉM

Realizar-se-á no próximo dia 8, às 9.30 a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures, que decorrerá no Ginásio do Sacavenense, em Sacavém.

Com a presença de 400 delegados e 1200 convidados, esta 3.ª Assembleia de Loures conta também com a participação do camarada Álvaro Cunhal, que falará no Comício de Encerramento, às 17.30, aberto ao público.

A CONFERÊNCIA SOBRE O SECTOR NACIONALIZADO É UMA INICIATIVA EMINENTEMENTE PATRIÓTICA

— assinalou ao «Avante!» o camarada Avelino Gonçalves

A Conferência ajudará a trazer à luz do dia a importância determinante que o sector nacionalizado desempenha na recuperação económica do país. Tornará ainda mais claro que os trabalhadores do sector nacionalizado encaram com responsabilidade a sua participação num sério esforço nacional de reconstrução económica e que essa participação é essencial à resolução dos problemas nacionais, frisou o camarada Avelino Gonçalves, membro suplente do Comité Central e da DORN do PCP, durante uma entrevista ao «Avante!» a propósito desta importante iniciativa dos comunistas e do trabalho realizado no Norte.

«Avante!» — Quantas empresas nacionalizadas existem no Norte e no distrito do Porto? Qual o total de trabalhadores existentes nessas empresas?

A.G. — As empresas nacionalizadas com sede no Norte não são muitas. As mais significativas são os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a UNICER (ex-CUPF), os STCP (recentemente transformados em empresa pública), a APDL, o SMGE, a EDP e o Complexo

Agro-Pecuário do Cachão, além de três bancos e várias companhias de seguros.

Entretanto, há algumas dezenas de outras empresas nacionalizadas que desenvolvem no Norte uma parte significativa da sua actividade. É o caso, por exemplo, da PORTUGAL (Viana), da Petrogal (Matosinhos), da Siderurgia Nacional (Maia), da Rodoviária Nacional (Porto-Braga), da CP, dos CTT e dos TLP, assim como de um

grande número de bancos e seguradoras.

No âmbito da Conferência do Sector Nacionalizado há ainda que contar com diversas empresas mistas ou controladas pela banca ou por outras empresas nacionalizadas, tais como a METALNORTE, a INTERFORMA, a NORTEMAR, a SONAE, a UTIC, a Jerónimo Pereira Campos, a António & Henriques Serrano, a Real

Companhia Velha e a Sociedade de Vinhos Borges & Irmão.

Nestas empresas ocupa-se um total superior a 35 mil trabalhadores, só no Norte do país.

Diversas outras empresas, tais como a Nova Flacão Atma, a Lordele, a Ribeiro, a Raiointex, estão igualmente dependentes de capital directa ou indirectamente do Estado e devem, por isso, ser igualmente consideradas.

No que respeita à distribuição destas empresas pelos distritos do Norte, temos em Bragança o Cachão, em Viana do Castelo os Estaleiros Navais, a Portugal duas fábricas da Jerónimo Pereira Campos e em Braga um importante centro da Rodoviária Nacional e algumas textéis. As restantes empresas têm o fundamental da sua actividade no distrito do Porto.

«Avante!» — Será possível trabalhar em todas as empresas que referiste para a Conferência?

A.G. — Certamente. Será

possível reunir elementos, colher sugestões, coligar propostas.

Salvo raras excepções, esperamos atingir um bom nível de participação dos trabalhadores, ganhá-los para a Conferência e alargar o seu empenhamento em defesa das nacionalizações.

«Avante!» — Que actividade tem sido desenvolvida nesse sentido?

A.G. — Começámos por realizar reuniões com quadros das células e com responsáveis dos respectivos sectores de organização. Ao mesmo tempo, os organismos de direcção dos sectores — o Comité dos Grandes Serviços, o Comité dos Metalúrgicos, o Comité Local do Porto e diversas comissões distritais e concelhias — bem como os secretariats de célula, encaram o trabalho a realizar, tomaram medidas orgânicas, constituíram grupos de trabalho.

A maioria das células tem em elaboração relatórios, propostas, sugestões. Estão previstas, em

princípio, quatorze intervenções de células do Norte na Conferência.

«Avante!» — Quais os aspectos mais flagrantes da recuperação capitalista no Norte ao nível das empresas nacionalizadas?

A.G. — Há diversos. Para todos é evidente a recuperação capitalista a nível da banca nacionalizada, por exemplo. Muitos dos homens hoje colocados nos conselhos de gestão e noutros lugares de responsabilidade são pessoas comprometidas com a recuperação capitalista e, em alguns casos, gente muito próxima dos banqueiros e monopolistas.

Naturalmente, a política de créditos praticada, bem como a política seguida relativamente às participações financeiras dos bancos.

A maioria das empresas indirectamente nacionalizadas ou controladas pelos bancos têm à sua frente homens da confiança dos Quinas, do Pinto Magalhães, etc. Assim se explica, por exemplo,

que as instalações da NORTUR tenham sido cedidas, que a SONAE e a NOVOPAN continuem a ser dirigidas por homens de mão de Alonso Pinto de Magalhães.

Nas mais diversas empresas do sector nacionalizado, a sabotagem surge é uma realidade de todos os dias. É o que sucede na Rodoviária Nacional, nas textéis (cuja situação a banca se nega a clarificar), na Petrogal (veja-se o caso do «quadro de adidos»), etc.

«Avante!» — Nesse quadro, que papel vai desempenhar a Conferência?

A.G. — A Conferência vai representar, certamente, uma boa ajuda no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e quadros técnicos, comunistas e não comunistas.

Das amplas discussões a que se procede, muito há a esperar no que respeita a sugestões, propostas de medidas, denúncia da campanha e das manobras movidas contra o sector nacionalizado

e esclarecimento da opinião pública.

A Conferência ajudará a trazer à luz do dia a importância determinante que o sector nacionalizado desempenha na recuperação económica do país.

Esta iniciativa do Partido tornará ainda mais claro que os trabalhadores do sector nacionalizado encaram com responsabilidade a sua participação num sério esforço nacional de reconstrução económica e que essa participação é essencial à resolução dos problemas nacionais.

«Avante!» — No capítulo da abertura a técnicos e trabalhadores que não são do Partido, foi conseguida já alguma participação?

A.G. — Tal como sucedeu na altura da realização da Conferência do PCP para a Recuperação Económica, em Junho do ano passado, inúmeros técnicos e trabalhadores têm demonstrado grande simpatia pela iniciativa em avançar.

É difícil avançar números. Mas pode afirmar-se que os nossos camaradas estão, no essencial, a encontrar boa receptividade aos trabalhos preparatórios.

De uma forma geral, pode dizer-se que é cada vez mais evidente aos olhos dos trabalhadores e dos técnicos que esta conferência do PCP é uma iniciativa eminentemente patriótica.

«VAMOS TER DE LUTAR DURAMENTE EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO»

— afirmou Carlos Costa no Porto

Vamos entrar em 1978 com a satisfação e o orgulho que nos dá o facto de termos sabido cumprir com êxito as nossas responsabilidades perante o povo trabalhador. Vamos entrar no novo ano com a alegria e o orgulho de sermos hoje mais fortes do que nunca. Cerca de 30 mil novos militantes (milhares deles combatentes já solidamente temperados na luta) vieram fortalecer as nossas fileiras, declarou o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, no decurso da sua intervenção na Festa de Passagem de Ano promovida pela SIP da DORN no Pavilhão do Académico no Porto.

Milhares e milhares de pessoas afluíram ao Pavilhão que se revelaria exíguo para albergar todos quantos quiseram entrar em 78 com o Partido da verdade, da esperança e do futuro. Durante várias horas, a multidão festejou a entrada no novo ano, patenteando um enorme entusiasmo, alegria e fraternidade. Assinalando o sucesso, registado pela Promoção Conquistas de Abril, ecoaram pelo pavilhão grandes aplausos e gritos de «PCP! PCP!» e «Assim se vê a força do PC», depois do camarada António Abreu, membro suplente do CC e da DORN, ter anunciado que, até às 11 horas de sábado, tinham aderido mais 26147 novos militantes, dos quais 4396 no Norte.

PCP — O MAIS NUMEROSO E COMBATIVO PARTIDO NACIONAL

Saudado pela multidão, o camarada Carlos Costa fez, durante cerca de 25 minutos, uma intervenção política salientando, no início, que, *embora não sem preocupações quanto aos próximos meses, temos a certeza absoluta da vitória final da nossa causa. Temos razões para confiar, porque estamos prontos a lutar, para que a política do próximo governo seja menos má do que a do governo que caiu. O PCP, frisou, é hoje mais forte do que nunca e, sem sombra de dúvidas, o mais numeroso e combativo partido nacional.* Caracterizando o último ano

aquele dirigente comunista destacou dois traços essenciais: *por um lado, ofensiva generalizada contra as conquistas da Revolução; por outro lado, grande resistência popular, no essencial vitoriosa, em defesa de tais conquistas.* Mais adiante, recordou que a política do último executivo não foi a que o Governo e o PS prometeram ao País, mas de

comprovativos do não cumprimento pelo PS das promessas feitas ao País, das suas cedências e capitulação face ao PPD e CDS. A propósito, citou a não expropriação de 700 mil hectares, prevista na Lei do Plano e Orçamento para 77, que Barreto entendeu não ser uma lei para cumprir, limitando-se a fazer a política preconizada pelo PPD e CDS,



Carlos Costa no uso da palavra

facto aquela que o PPD e o CDS impuseram ao governo e que este aceitou e praticou.

Depois de assinalar que a grande queixa dos partidos da direita relativamente ao PS é a deste não ter feito, ou conseguido levar à prática, com o auxílio das metralhadoras, uma política muito pior ainda, Carlos Costa apontou alguns exemplos

procurando pela força das armas arrancar terras aos trabalhadores para as entregar aos agrários.

Igualmente, como frisou Carlos Costa, o Governo ficou obrigado pela mesma lei a que a taxa de inflação não fosse superior a 15%. Mas, na realidade, com os aplausos dos Gomeiras, PPD e CDS, os trabalhadores «puderam

verificar que tal taxa ultrapassou os 30%.

Frequentemente interrompido pelos milhares de participantes na jornada, Carlos Costa referiu ainda a abissal diferença entre o défice previsto na lei 10/76 para a Balança de Transacções correntes, que o Governo se havia comprometido a não ultrapassar os 22 milhões de contos e deve ter atingido os 48 milhões de contos.

OS COMUNISTAS ESTÃO SEMPRE COM O POVO

Prosseguindo a sua intervenção, Carlos Costa recordou que a situação acima caracterizada representava algumas das consequências da política dos «pacotes» de 25 de Fevereiro e de 25 de Agosto, apoiada incondicionalmente pelo PPD e CDS que, aliás, chamou ao 1.º pacote o «25 de Novembro da economia».

Como salientou o membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, a situação seria ainda mais grave caso tivesse sido possível levar à prática todas as leis aprovadas com o apoio do PPD e CDS a que justamente temos chamado a contra-revolução legislativa, como é o caso da chamada lei da separação do sector público e privado; da chamada lei das indemnizações; da lei Barreto.

Outras leis aprovadas contra os trabalhadores e já postas em prática, acrescentou Carlos Costa, mostram quanto são iníquas, injustas e geradoras de conflitos sociais. Refiro-me sobre tudo à «Lei dos Senhorios Ricos», proposta pelo PPD, e à chamada Lei dos Despedimentos. No interesse nacional e no dos trabalhadores, tais leis devem ser prontamente revogadas ou profundamente alteradas.

Após ter denunciado a entrega ao patronato sabotador pelo Governo de 63 das 70 empresas desintervencionadas, como escandalosamente sucedeu com a «FACAR», Carlos Costa



A multidão encheu a transbordar o Pavilhão do Académico no Porto

mostraram também que é necessário que os comunistas, os socialistas e todos os democratas se unam para, em toda a parte, darem um combate sem tréguas ao fascismo.

Na sequência da enumeração de alguns elucidativos exemplos da resistência popular em 77, o camarada Carlos Costa referiu três factos de enorme importância internacional.

— A aprovação da Nova Constituição da URSS que assinalará a transição da Sociedade Socialista para

a Sociedade Comunista na União Soviética.

— O Congresso da FRELIMO, realizado de 3 a 7 de Fevereiro e que criou em Moçambique um novo Partido irmão, um partido marxista leninista, que conservará o nome de Frelimo.

— O Congresso do MPLA, realizado de 4 a 10 de Dezembro que igualmente criou em Angola um novo partido irmão, um partido marxista leninista, que se chama MPLA/Partido do Trabalho.

A terminar a sua intervenção, o membro da

Comissão Política e do Secretariado do CC expôs a posição dos comunistas face à situação política actual, salientando que o ano corrente «vai ser um ano difícil no plano económico. Vamos ter de lutar duramente pela defesa do direito ao trabalho, pela defesa dos salários, pela defesa das liberdades, pela defesa das conquistas da Revolução. Essa luta, frisou, exige acima de tudo unidade, unidade, unidade. Unidade de todos os trabalhadores, unidade de socialistas e comunistas em primeiro lugar unidade de todos os democratas.

E A FESTA DUROU ATÉ ÀS TANTAS

Não fora a pulhice de não nos terem cedido o Palácio de Cristal e seríamos muitos mais, afirmou um trabalhador comentando a enorme afluência de muitos milhares de pessoas ao Pavilhão do Académico para entrarem em 78 com o PCP.

Na verdade, é já um hábito as iniciativas promovidas pelo Partido registarem enorme sucesso. Daí que, estribando-se nas mais diversas maquinações, elementos reacçãoários e conservadores tudo façam para colocar entraves às nossas realizações. Debalde.

A alegria, o entusiasmo e a serenidade manifestada por aquela multidão que fez transbordar as instalações do Lima confirmam a crescente implantação e influência do PCP junto das massas populares. Se a sala fosse maior, muitos mais seriam os que aproveitariam o ensejo para participar na festa.

Torna-se difícil descrever o momento que assinalou o início do novo ano. A multidão demonstrou claramente que, não obstante as dificuldades da curva do processo revolucionário,

confla no futuro do nosso país, na concretização das promessas de Abril e na defesa das posições conquistadas.

Entre as 22,25 e as 5,15 horas da madrugada de domingo, os milhares e milhares de participantes confraternizaram, tiveram o ensejo de «dar um pé de dança», ouvir dois conjuntos musicais, aplaudir Ary dos Santos, José Viana, e Dora Leal, assim como as canções interpretadas pelo José Manuel Osório, pelo Luís Viegas, pelo conjunto «1.º de Maio» e outros. A festa durou até às tantas.

Com alegria e confiança

OS COMUNISTAS FESTEJARAM A PASSAGEM DE ANO

Muitos comunistas fizeram a passagem de ano em festas públicas, olhando 1978 com confiança no seu Partido reforçado, com esperança e alegria. Inúmeras festas celebraram por todo o país a entrada de 1978.

Na Amadora, a festa de Lisboa. Pouco tempo passava da hora anunciada para a abertura das portas do pavilhão da Reboleira e já inúmeras pessoas se apinhavam. Grupos entoavam a porta canções revolucionárias, enquanto esperavam a sua vez de entrar. Porque entrar não era muito fácil e cada vez o número de pessoas que se aglomerava crescia.

Lá dentro as bancadas estavam repintas. Os menos ágeis e também muitas crianças tinham encontrado lugares santos. O recinto, esse, era uma roda viva. Junto ao palco e de um dos lados do recinto muitos jovens e mãos jovens dançavam. Do outro lado era a criança com as suas rodas e a sua alegria efusiva. — que era noite de deltar tarde para que nenhum perdesse a «entrada» no ano novo que se aproximava

Cantar, dançar, dar um pulo a um dos bares instalados de onde voava um cheiro a apeteecer petiscos... Foi assim até cerca das 23 e 30, hora em que se fez uma pausa na festa e todos se preparavam para ouvir as palavras que o camarada Alvaro Cunhal foi lá proferir, intervenção que veio a terminar poucos segundos antes da meia-noite. Nessa altura, vivos não se tinham desvanecido, o ruído de inúmeras garrafas de espumante saudaram o fim do ano, o começo de outro.

E a festa continuou. Muitos artistas passaram pelo palco, cantando. Jovens amadores disseram poemas. Houve os reencontros de velhos amigos que não se viam desde a última festa, desde a última conferência, do último comício. E o baile, a festa entrou pela madrugada do primeiro dia de 1978.

E foi assim um pouco por toda a parte em todo o país. Sempre em grande número, muitos comunistas e seus amigos participaram nas celebrações do fim do ano, em iniciativas abertas, plenas de alegria e confiança.

Por exemplo em Espinho. A Comissão Concelhia organizou uma festa de fim de ano, que teve lugar na lota do peixe. Mais de 600 pessoas confraternizaram. Eram sobretudo pescadores e operários do bairro e da Marinha do Silgado. O camarada Américo Valente, da DORB, também esteve lá e fez uma breve intervenção política saudando todos os presentes.

Na Covilhã, o fim do ano festejou-se nas instalações da FAEC. Milhares de pessoas

participaram na iniciativa que foi organizada pelo Partido e pelas organizações da juventude, UJC e UEC. Lá se encontraram pessoas de todas as tendências, participando de um mesmo entusiasmo confiante no novo ano. Actuaram os conjuntos «Loser» e «Spartaks». O baile durou para além das 6 da manhã. Depois da meia-noite interveio o camarada Carlos Luís, do CC da DORB, que falou especialmente do êxito da campanha «Promoção Conquistas de Abril» em todo o país e na zona das Beiras.

No dia seguinte, em Tortosendo, teve lugar a inauguração dos melhoramentos que foram levados a cabo no Centro de Trabalho e que visavam torná-lo um melhor local de trabalho e de convívio. Também aí o camarada Carlos Luís interveio sobre a situação política actual.

De Leiria, o correspondente do «Avante!» comunica-nos a realização de uma festa de passagem de ano, que teve início às 21 e 30 do último dia de 1977. Houve matança de

porco, serviço de bar, baile. Esta iniciativa esteve inserida na Campanha de Fundos que a Comissão Concelhia de Leiria promoveu pelo Natal e que culminará com um convívio no próximo domingo, dia 8 de Janeiro, com um almoço no Centro de Trabalho daquela cidade.

Ainda na região da DOROR, como de resto anunciáramos, inúmeras outras festas tiveram lugar, nomeadamente em Coimbra.

Em Setúbal foram mais de 3 mil pessoas que se juntaram no Clube Naval Setubalense, cujo pavilhão já viu inúmeras iniciativas do Partido. Além da Comissão Concelhia do PCP participaram na realização da festa as organizações de jovens comunistas, a UEC e a UJC. Baile, leilões, confraternização, muita

alegria, caracterizaram esta passagem de ano que teve a participação dos conjuntos «Octana» e «Galés». Também actuaram J. Patrício, da UJC e ainda um grupo coral alentejano improvisado. O camarada Manuel Ferreira, membro da Comissão

Concelhia, fez uma intervenção política.

Entretanto, as festas na região da DORS foram muitas. No Pavilhão da Romeira, em Almada, a festa durou três dias. Em Alcochete a festa realizou-se no futuro Centro de Trabalho. Mais de 120 pessoas estiveram presentes, muitas delas simpatizantes do Partido. Houve no decorrer da festa mais 6 inscrições no Partido e uma boa recolha de fundos destinada às obras do Centro de Trabalho e à Campanha de Natal. Canções, música, baile, camaradagem, marcaram a passagem de ano.

O Alentejo também fez as suas festas. Em Montemor-o-Novo estiveram presentes e participaram mais de 1200 pessoas. Cerca de 600 estiveram na festa de Évora. Em Vendas Novas foram também 600. Em Mora, 400. Em Cabeção a passagem de ano festejou-se no Centro de Trabalho, com a presença e animação de 300 pessoas. Todas estas iniciativas, abertas a comunistas e não comunistas, distinguiram-se

pelo são convívio. Em Avis, 400 a 500 pessoas saudaram o novo ano e mais de 600 tinham participado no comício que o Partido promoveu antes da meia-noite, em que falou o camarada António Murteira da DORA. Em Campo Maior 500 pessoas, em Viana 200 — foram muitos milhares de homens, mulheres e jovens que nas terras da Reforma Agrária se juntaram aos comunistas para celebrar o novo ano.

De Montargil escrevem-nos os camaradas:

Realizou-se, tal como estava anunciada, a grande festa do fim do ano na Casa do Povo. O grande baile teve início cerca das 20 horas e durou até altas horas da madrugada. Nos intervalos leiloavam-se vários artigos: desde frangos guizados com batatas fritas até às muitas garrafas oferecidas por militantes e simpatizantes. Interveio um camarada da Comissão Política do CC, tendo falado às mais de 200 pessoas que participaram na festa. O convívio alegre teve cabrito assado e leilão. Os leilões realizados contribuíram para a Campanha de Fundos.

Em Messines, também no Centro de Trabalho, mais de 200 pessoas levaram os seus farnéis e fizeram a festa. A UEC e UJC tinham promovido para essa mesma noite a tradicional corrida de São Silvestre, em que participaram dezenas de jovens.

Albufeira. Uma centena de participantes na festa que teve lugar no Centro de Trabalho. Ceia e alegre convívio. O camarada Ilídio Esteves, do Comité Central e da DORAL fez uma intervenção.

Olhão fez a sua festa que teve a participação de meia centena de pessoas também reunidas no Centro de Trabalho. Comes e bebes, baile. O camarada Carlos Durão também visitou a festa e fez uma intervenção política.

Portimão reuniu 100 comunistas e simpatizantes. Lá esteve o camarada José Vitoriano, que falou aos presentes. Houve baile e leilões.

Finalmente em Lagos, nas instalações do Lacubrigense, cento e cinquenta pessoas, grande parte das quais eram jovens levaram farnéis e cearam em convívio, organizaram concursos numa animada festa.





Álvaro Cunhal na Amadora: balanço e perspectivas

EM 1977 A REACÇÃO NÃO PASSOU! EM 1978 TAMBÉM NÃO PASSARÁ!

Discurso de Álvaro Cunhal na Festa de Fim de Ano realizada no passado dia 31 no Pavilhão da Académica da Amadora.

Camaradas:
A todos vós, às vossas famílias, aos vossos amigos, do coração desejamos boas saídas e boas entradas e um Ano Novo feliz, em que cada qual veja realizadas as suas aspirações e as suas justas esperanças.

Estes votos envolvem naturalmente todo o povo trabalhador do nosso País e isso exige que, nesta passagem de ano, se digam algumas palavras sobre a situação política, porque da sua evolução depende o futuro de todos e de cada um.

Dentro de minutos terminaremos mais um ano de vida e de luta de Portugal libertado do fascismo.

Numa situação de crise, vamos iniciar um novo ano. É boa altura para lembrar o que foi o ano que finda e para dizer algumas palavras sobre o que poderá e deverá ser o ano que começa.

Manchas negras na história da democracia

O ano que finda foi duro para o Povo português e para a democracia portuguesa.

Foi um ano em que um Governo quis fazer pagar aos trabalhadores todo o peso das dificuldades e da crise. Foi o ano dos «pacotes».

Foi um ano em que o Governo congelou salários e provocou a subida vertiginosa dos preços, de tal forma que, do prometido «cabaz de compras» ficou só o cabaz, porque para as compras já o dinheiro não chega.

Foi o ano das indemnizações para os capitalistas, ao mesmo tempo que se forçaram os trabalhadores a apertar o cinto e os reformados a passar fome.

Foi o ano da contra-revolução legislativa, aprovada na Assembleia da República pelas alianças parlamentares do PS com o PPD e o CDS.

Foi o ano dos despedimentos, da vaga de perseguições aos delegados sindicais e comissões de trabalhadores.

Foi o ano da grande ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária, empregando a força brutal para impor com violência brutal decisões arbitrárias e ilegais, para arrancar terras, cabeças de gado e máquinas às UCPs e Cooperativas, para as entregar aos agrários e para reconstituir os latifúndios, sinónimo de abandono, de miséria e de desemprego.

Foi o ano da escandalosa entrega ao patronato sabotador de empresas intervencionadas salvas da ruína, da falência e do encerramento pelos trabalhadores e em muitas das quais se instala um clima de perseguições e terror através de milícias de gorilas patronais.

Foi o ano da inoperância governativa, da incapacidade de tomar medidas para resolver os problemas, do recurso inconsiderado aos empréstimos externos, conduzindo progressivamente Portugal para o buraco tenebroso das negociações com o FMI, e para concessões lesivas da independência nacional.

Foi também um ano em que o fascismo e a reacção, perdendo o verniz pseudo-democrático, mostraram de novo a sua verdadeira cara, voltando a lançar bombas, desencadeando campanhas de infâmias em pasquins em que cada artigo é um crime, fazendo manifestações tipicamente fascistas, procurando impor onde aparecem a lei da moça, da barra de ferro, do braço estendido, da cruz suástica, dos vivas a Salazar e a Hitler.

1977 foi pois um ano marcado por decisões e actuações governativas que ficarão para sempre como manchas negras na história da jovem democracia portuguesa saída da Revolução de Abril.

Em 1977 o povo travou o avanço da reacção

Errado seria, porém, considerar que o ano de 1977, que agora finda, foi apenas marcado por factos negativos.

Não, camaradas. Nem foi apenas marcado por factos negativos, nem são esses factos negativos que mais o caracterizam.

O que melhor caracterizou o ano de 1977 no seu conjunto foi a capacidade e a força dos trabalhadores, dos democratas, do Povo português, para com a sua luta constante, intensa, tenaz e corajosa, travar o avanço da reacção, impedir a realização dos planos sinistros de liquidação das liberdades e das outras conquistas revolucionárias do próprio regime democrático consagrado na Constituição.

É um sinal de elevada maturidade política que, nas formas de luta utilizadas, os trabalhadores e os democratas portugueses tenham em conta a situação político-militar.

A serenidade, o sangue-frio, a justa estimativa da correlação de forças, não são sinal de fraqueza, mas de real força dos trabalhadores e dos democratas, quando ultrapassam a doença infantil da impaciência, do desespero, da precipitação, do esquerdismo contestatário, estéril e divisionista, para intervir na vida política como um factor de importância determinante para a solução dos problemas nacionais.

Dia a dia, ao longo do ano, em constantes acções, pequenas e grandes, numa intensa actividade e militância típicas da vida política e social portuguesa da nova época democrática, em milhares de plenários, assembleias, encontros, conferências, concentrações, greves,

manifestações e as mais variadas iniciativas de massas, os trabalhadores, os democratas, expressaram a sua vontade, os seus objectivos, a sua inabalável firmeza.

Neste ano de 1977, que agora termina, tiveram lugar das maiores, se não as maiores manifestações e concentrações realizadas em Portugal: no 1.º de Maio por todo o País; em 22 de Junho por todo o País; em 18 de Novembro 100.000 trabalhadores no Porto, à chuva, mostrando que o Porto não é Sá Carneiro, não é PPD/CDS; no dia 19 mais de 400.000 em Lisboa, numa das mais extraordinárias jornadas jamais realizadas; no dia 26 mais de 20.000 em Braga, mostrando que também aí a reacção perde terreno; no dia 28 mais de 100.000 no Alentejo heróico, numa poderosa afirmação de que a Reforma Agrária está bem viva e viverá; e em Viana do Castelo, no extremo Norte; e em Portimão, no extremo Sul; e na Marinha Grande, e no Tramagal, e em Samora e em tantas e tantas outras terras que, se fosse a enumerar todas, chegaríamos à meia-noite sem terminar esta minha intervenção.

Os ataques furiosos contra o movimento operário, contra os trabalhadores, contra as forças progressistas, contra as conquistas históricas da Revolução portuguesa não alcançaram o seu objectivo.

A defesa das conquistas da revolução

Morderem nas conquistas da Revolução, mas, em resultado da luta do Povo português, não conseguiram liquidá-las.

Não o conseguiram no ano que agora finda e não o conseguirão no ano que agora começa.

Quiseram destruir a Reforma Agrária. Mas os heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos mantiveram-se unidos, firmes e confiantes na vitória, mostraram em grandiosas jornadas de luta a sua determinação e a sua elevada consciência cívica, política e patriótica, lançaram, na grandiosa II Conferência da Reforma Agrária, a patriótica campanha das sementeiras e defenderam as suas UCPs e Cooperativas de tal forma que se torna hoje evidente para sectores cada vez mais amplos da população, que a Reforma Agrária é essencial para a recuperação económica do País, é uma realização do regime democrático português.

Quiseram, através de vários esquemas, pôr em causa as nacionalizações e restaurar o capitalismo monopolista. Mas não o conseguiram até hoje e, temos confiança em que Portugal não permitirá a restauração do poder dos Mellos, Champallimauds, Espíritos Santos e outros que tais.

Quiseram esbulhar e abafar a voz dos pequenos e médios agricultores, designadamente dos rendeiros. E os movimentos camponeses desenvolvem-se cada vez com maior vigor, mesmo no Centro e no Norte, regiões que a reacção julgou poder transformar em fortalezas suas, mas onde o movimento popular e democrático, e o nosso próprio Partido engrossam dia a dia o seu caudal e as suas fileiras.

Quiseram dividir e degradar o movimento sindical, combatendo vilmente e tentando isolar a gloriosa CGTP-Intersindical.

Mas os trabalhadores realizaram vitoriosamente o histórico Congresso de Todos os Sindicatos, reforçaram mais e mais a sua unidade, combateram e isolaram progressivamente os divisionistas ao serviço do patronato e da reacção, correram a Carta Aberta da direcção de numerosos sindicatos e alcançaram, umas atrás das outras, vitórias de listas unitárias na esmagadora maioria das eleições sindicais realizadas em 1977.

O fracasso da política de recuperação capitalista e a queda do Governo

O ano de 1977 foi o ano do estrondoso fracasso da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista,

que não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais, antes conduziu o País à beira da bancarrota.

A queda do Governo PS culminou tanto o fracasso dessa política como o fracasso da fórmula do Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

E daqui é indispensável colher duas lições essenciais tendo em vista a formação de um novo governo:

A necessidade de uma nova política, assente numa plataforma que tenha como bases essenciais o respeito da Constituição e a das instituições, a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos e das transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril, designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário.

E a necessidade de um novo governo, voltado não para a aliança com o grande capital, os grandes agrários e com os partidos reacçãoários que os representam, mas com os trabalhadores e o seu grande partido — o Partido Comunista Português.

A negociação da plataforma e a composição do Governo

O PCP reafirma a sua disposição em negociar uma plataforma, um acordo político, que assegure a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, do regime democrático e da independência nacional.

Tudo faremos para que essa plataforma, esse acordo se torne possível.

Mas que não se confunda vontade de negociação com a renúncia a objectivos fundamentais.

O PCP nunca aceitou ser muleta de um Governo PS sozinho praticando uma política de direita.

Seria absurdo pensar que estaria agora disposto a ser muleta de um governo PS/CDS.

Para uma saída democrática da crise iremos fazer todos os esforços para se chegar a um acordo político. Mas queremos tornar claro que, para uma solução com o PCP, o PCP tem também uma palavra a dizer acerca da formação e composição do futuro governo.

Votámos no dia 8 de Dezembro contra a moção de confiança ao Governo porque não se chegara a um acordo político. A nossa posição é a mesma em relação ao novo governo a formar. Não assinámos e nunca assinaremos cheques em branco.

Seja agora na definição de uma nova política e na formação de um novo governo, seja no caso de eleições, é cada vez mais evidente, para quem não deseje a liquidação do regime democrático, que a força e a actuação do PCP são essenciais para a saída da crise e a solução dos problemas nacionais.

O PCP, força essencial para a saída da crise

A reacção pretendeu isolar, marginalizar, reduzir a um partido de segundo plano, sem capacidade de intervenção efectiva na vida política portuguesa, o grande partido dos trabalhadores, o único consequente partido da esquerda, o mais firme lutador em defesa das liberdades e das conquistas da Revolução — o nosso glorioso Partido Comunista Português.

Não o conseguiram no ano que finda. Não o conseguirão no ano que começa.

Pretenderam afastar o PCP da solução dos problemas nacionais, e a Conferência Económica do PCP em Junho, precedida de debates em que participaram cerca de 50.000 trabalhadores e técnicos, apresentou as grandes linhas para a saída da crise económica e financeira, que continuam completamente válidas e que terão de ser necessariamente tomadas em conta desde que um governo queira resolver verdadeiramente os problemas nacionais.

Pensaram que o PCP poderia ver-se obrigado a reduzir as suas actividades por carência de recursos financeiros, uma vez que estes provêm no essencial dos trabalhadores e os trabalhadores atravessam dificuldades crescentes.

Mas o Partido lançou a Campanha dos 50 Mil Contos e numa magnífica mobilização de energias e esforços que teve o activo apoio de milhares e milhares de trabalhadores e democratas não comunistas, ultrapassou a meta e atingiu em 4 meses cerca de 70 mil contos.

Pensaram que, não cedendo a FIL ao Partido, cedendo depois campos abandonados de um hipódromo com a ideia calculada de que o Partido se iria enterrar no Jamor, impediriam ou condenariam ao desaire a Festa do «Avante!».

Mas a capacidade de organização, a energia e a dedicação dos comunistas venceram todos os obstáculos e a Festa atraiu mais de meio milhão de pessoas assinalando o ano de 1977 com a mais extraordinária realização política, cultural, artística e festiva da democracia portuguesa.

Pensaram, com o feroz anticomunismo, com a mentira, com as calúnias, com as campanhas, reduzir o PCP e a sua influência de massas.

Mas a Promoção Conquistas de Abril, cuja meta era de mais 10.000 novos membros do Partido até ao fim do ano, foi realizada com êxito total, a meta foi ultrapassada, foi mais do que duplicada e chegamos ao fim de 1977 e segundo os resultados provisórios entramos em 1978 com mais de 26.135 novos militantes, entre os quais (anotamos com alegria) se conta elevado número de mulheres reforçando as fileiras das mulheres comunistas, que desempenham tão importante papel na vida e na actividade do nosso Partido e na luta e organização das mulheres portuguesas.

Além destes novos militantes do Partido, contam-se também novos militantes da UJC e da UEC, que realizaram também com êxito a Promoção e que entram em 1978 com novo vigor e confiança.

O PCP inicia o novo ano mais forte, mais dinâmico, mais ligado às massas do que nunca, inicia o novo ano unido e firme como uma rocha.

Ao terminar 1977, ao começar 1978 é uma verdade que cada vez sofre menos contestação que a saída democrática da crise, uma nova política que permita vencer as dificuldades actuais, não pode ser encontrada contra os trabalhadores e contra o PCP, mas sim com os trabalhadores e com o PCP.

Apelo à unidade

O PCP é uma força decisiva para a unidade dos trabalhadores e dos democratas.

Estamos e estaremos sempre abertos ao diálogo e à aproximação com todos os outros democratas.

Nesta passagem de ano, fazemos um apelo a todos os democratas e em particular aos socialistas, para que 1978 seja o ano de entendimento, da acção comum e da unidade de todos os democratas.

Em 1977 a reacção não passou! Em 1978 também não passará!

Embora atacada e ferida, a democracia portuguesa consagrada na Constituição passou com êxito a prova a que foi submetida em 1977. Se todos quisermos, passará também com êxito a prova do ano de 1978 que agora começa.

Para a definição de uma nova política e de um novo governo que assegure as liberdades, as grandes conquistas da Revolução, a democracia e a independência nacional, para que 1978 seja o ano da definitiva consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o Partido Comunista Português!



Filhos de trabalhadores agrícolas vivem a sua primeira Festa de Natal

Sucedeu num armazém velho da UCP «1.º de Maio» da Gâmbia a poucos quilómetros de Setúbal. Foi a festa de Natal, a primeira dos filhos dos muitos trabalhadores da União Cooperativa de Produção Agro-Pecuária «Unidade Camponesa». Para esta festa, vieram miúdos dos concelhos de Setúbal, Montijo, Palmela e Sesimbra. Viram palhaços, interpretados por Morais e Castro e Celso Sacavém, ouviram Manuel Mestrinho, Carlos Bom-Bom, Luísa Basto, Fernando Tordo, cantaram, riram, brincaram, receberam livros e brinquedos: foi mesmo uma festa



«Crianças filhas dos obreiros da Reforma Agrária vivem já um presente diferente: este ano muitos tiveram a sua primeira festa de Natal na UCP "1.º de Maio" na Gâmbia»

a valer, uma iniciativa que constitui um exemplo, levada a cabo pelos trabalhadores dos 7400 hectares da União. A festa que no dizer dos trabalhadores foi possível «graças ao 25 de Abril e à sua grande conquista — a Reforma Agrária».

Na festa colaboraram, enriquecendo assim mais a aliança operário-camponesa, os trabalhadores da Siderurgia Nacional, da «Técnica-Automóveis», dos Sindicatos dos Cerâmicos, Rodoviários, Químicos e a União dos Sindicatos de Setúbal.

No final da festa, uma promessa: «Se for possível, para o ano, faremos uma grande iniciativa a nível distrital em que os trabalhadores dos campos se juntem aos da cidade».

Agricultores de Montemor-o-Velho exigem seguro das culturas

Reunidos no passado mês de Dezembro, mais de 400 pequenos e médios agricultores deste concelho concordaram em exigir a revogação dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da Lei do Arrendamento Rural «visto ser já grande a preocupação neste concelho por causa do elevado número de acções de despejo entradas nos tribunais desde que foi publicada a lei. «Por unanimidade, foi exigido que as autoridades competentes tomassem medidas relativas à indemnização dos prejuízos ocorridos nas searas de arroz, reivindicando o funcionamento do seguro das culturas de acordo com o estipulado na Constituição. Foi também abordada a necessidade de garantia de preços e de escoamentos antes das sementeiras.

O plenário de agricultores de Montemor-o-Velho exigiu ainda que os preços das rações sejam tabelados, a sua qualidade fiscalizada e diminuídos os juros do crédito agrícola, reivindicando o apelo do Estado para as cooperativas agrícolas.

MARN promove levantamento das terras incultas nas Beiras

Com o objectivo de conseguir «um melhor conhecimento dos terrenos em pousio e para poder informar, com correcção o Ministério da Agricultura e Pescas», o MARN-Beiras, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte promoveu um levantamento de todas as terras por cultivar na região das Beiras. Para tal, a direcção do MARN «apela a todos os rendeiros e agricultores em geral para que a informem de todas as terras em pousio e o nome dos seus proprietários. «A direcção do movimento salienta que «por essas Beiras fora, existem muitas centenas de hectares de terras de cultivo em pousio», que «a serem cultivadas, permitem um aumento da produção agrícola, contribuindo para a melhoria da produção».

Outra das causas que levou o MARN a este levantamento reside no facto de nesta região muitos rendeiros estarem a ser vítimas de despedimentos arbitrários por parte de senhorios ricos que deixam as terras ao abandono.

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

n.º 19

pequena biografia de

edições

Avante!

CDL

a distribuição



FRIEDRICH ENGELS

por EVGUÉNIA STEPANOVA

PARA OS AGRÁRIOS NÃO FALTA DINHEIRO MAS O CRÉDITO PERMANECE CORTADO A UCPs PONDO-SE EM RISCO A SORTE DAS SEARAS

Enquanto por falta de Crédito Agrícola de Emergência são postas em sério risco as maiores sementeiras de sempre, enquanto trabalhadores estão há meses sem receber salários, enquanto o Estado deve 235 mil contos às UCPs e Cooperativas, corre o dinheiro a rodos para os agrários: 36 grandes agrários, entre outros, devem à banca mais de 279 mil contos!

Em meados do passado mês de Dezembro, no distrito de Beja, encontravam-se vinte e cinco UCPs e Cooperativas com o crédito agrícola cortado. Como consequência deste corte, 4964 trabalhadores com o salário ameaçado e as sementeiras à espera de adubações e outros tratamentos que a tardarem poderiam pôr em risco todo o imenso esforço dos trabalhadores nas sementeiras de Outono. Os trabalhadores do distrito de Beja reuniram-se, movimentaram-se, fizeram saber ao país através dos órgãos de Comunicação Social a perda das colheitas que os ameaçava. E, mais vale tarde do que nunca, o CRRA de Beja

tomou providências depois de contactado pelas UCPs, no sentido de ser pago um mês de salário aos trabalhadores e assegurando o CAE (Crédito Agrícola de Emergência) para a compra de factores de produção.

O CRRA do Distrito de Évora, porém, não soube dar mostras da mesma prudência, do mesmo espírito de diálogo, pode-se mesmo dizer do mesmo sentido patriótico na medida em que antecendo-se as colheitas por mingua de adubações e tratamentos não são apenas os trabalhadores alentejanos afectados mas todo o país. Assim, em Évora, muitas são as UCPs e Cooperativas que continuam

com o crédito agrícola cortado.

Isto quando os trabalhadores estão em vésperas do início das adubações de cobertura "para o que necessitam que lhes sejam fornecidos os respectivos factores de produção, normalmente através dos ex-grémios e das linhas de crédito existentes para o efeito".

O ESTADO DEVE 235 MIL CONTOS A UCPs

Faça a este estado de coisas, os trabalhadores das UCPs tomaram posição num documento entregue ao

Director do CRRA de Évora através do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas deste distrito. Este documento foi entregue após diversas reuniões com aquele director, com o Governador Civil e com o Comandante da Região Militar do-Sul em que foram expostas as preocupações dos trabalhadores em face do corte de crédito que pode afectar seriamente as adubações e mondas de cobertura, comprometendo assim o estado das searas, que se estendem ao longo da maior área de sempre: 250 000 hectares semeados.

No referido documento, analisando as consequências do corte do CAE, os trabalhadores denunciaram:

"Em algumas destas Unidades (que têm o crédito cortado) os trabalhadores inclusivamente já não recebem salários há cerca de dois meses, como é o caso da UCP "12 de Setembro" em Mourão que correm o risco de não receber os salários de Dezembro e Janeiro. Em véspera de Natal, tal situação é particularmente grave e penosa e deverá merecer a atenção desse CRRA. Ou será que pelo facto de terem os seus ordenados garantidos e as suas gratificações certas, podendo comemorar dignamente esta quadra, os técnicos e responsáveis por esta situação não se lembram dos trabalhadores a quem mandam suspender com tanta facilidade o pagamento de salários?"

"Por outro lado, estas UCPs/Cooperativas Agrícolas estão a sentir sérias dificuldades para adquirir directamente no mercado os respectivos adubos e rações para gado. No caso da UCP "12 de Setembro", em Mourão, a Comissão Liquidatária do Ex-



"Se não for levantado o corte de crédito agrícola em Évora, como serão feitas as adubações de cobertura, como serão salvas as maiores sementeiras de sempre feitas com um esforço imenso dos trabalhadores da Reforma Agrária?"

-Grémio da Lavoura nega-se mesmo a pagar adubos que já estão lançados à terra depois de anteriormente ter acordado com a Cooperativa que efectuará tal pagamento e, ainda, neste caso, há já cerca de 600 leitões a serem alimentados à base de aveia devido ao corte de crédito."

É certo que as dívidas de algumas das UCPs ao CAE já ultrapassaram o prazo de vencimento. Mas, como esclarecem os trabalhadores, "vários milhares de contos do CAE foram utilizados em investimentos por graves insuficiências nos créditos a médio e a longo prazo. Conforme o acordado com

o ex-Secretário da Estruturação Agrária, Carlos Portas, este Secretário em conjunto com as Cooperativas destacou um técnico para o efeito que coordenou a elaboração de processos individuais que entregou há cerca de três meses a esse CRRA para que as despesas de investimentos fossem retiradas ao CAE para linhas de créditos de médio e longo prazo, o que reduzirá substancialmente ou até anulará em alguns casos os débitos existentes. Acontece é que, ao contrário da entrega de reservas e meios de produção aos agrários feito sempre tão rapidamente, esse CRRA não tem revelado o mínimo interesse na celeridade da transformação do crédito e até hoje nada foi feito de concreto".

Por outro lado, há que ter em conta o contributo das UCPs e Cooperativas para "o aumento da produção agrícola nacional, aumento dos efectivos pecuários, do número de máquinas e alfaias de postos de trabalho, das áreas semeadas e produção obtidas. E qual tem sido também o volume de benfeitorias e investimentos realizados que têm vindo a melhorar o fundo de fertilidade dos campos do nosso distrito, os índices de mecanização, o nível de equipamento das explorações agrícolas, o aproveitamento e alargamento de regadios pela construção de inúmeras barragens e albufeiras, etc.?"

Acrescente-se ainda o facto do Estado dever às UCPs e Cooperativas elevadas quantias: cerca de 235 000 contos no conjunto da zona de intervenção resultantes de produtos entregues e não pagos, gados vendidos ou requisitados, dinheiros retidos indevidamente pelo centro, etc. Entre essas UCPs para com as quais o Estado está devedor, encontram-se algumas das que no distrito de Évora têm o crédito cortado.

Para salvar as sementeiras UCPs propõem:

- Reabertura imediata do CAE, tanto para salários como para factores de produção a todas as UCPs que o têm cortado ou suspenso, a tempo de se poderem efectuar as adubações de cobertura. Ou abertura de uma linha de crédito para fazer face às referidas adubações;

- Concretização urgente da transferência do Crédito Agrícola de Emergência para crédito de investimento a médio e a longo prazo das verbas utilizadas nesse sentido na base de processos que estão em poder desse CRRA e de acordo com o cumprimento do compromisso tomado pelo ex-Secretário de Estado, Carlos Portas;

- Abertura de novas linhas de crédito de investimentos a médio e a longo prazo simples e não burocratizados;

- Negociações com as UCPs e Cooperativas que tenham crédito vencido para se encontrarem plataformas de acordo.

Considerando a urgência do assunto, o Secretariado Distrital de Évora das UCPs e Cooperativas sugeriu ao director do respectivo CRRA que se pronunciasse rapidamente "sob pena de se tornar responsável como director do CRRA, com o MAP e o Governo, pelas graves consequências que a manutenção desta situação acarretar para o bom estado das searas, para a produção de cereais praganosos e para a alimentação dos gados".



"Na solidão, o pequeno e médio agricultor não passará jamais da "cepa torta". Por toda a parte enraiza-se já a ideia de que só na união e organização da sua classe, o cam-pesinato alcançará melhores dias"

PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES: NOVO IMPULSO À SUA ORGANIZAÇÃO

Os pequenos e médios agricultores abrem o ano sob o lema de reforço da sua organização e do fortalecimento da luta pelos seus direitos e interesses. Como sintoma desta actividade citamos algumas das reuniões a realizarem-se brevemente.

Dia 15 de Janeiro: Baldios em discussão

Problemas das populações do Centro do país, cuja actividade predominante é ainda a lavoura, serão discutidos pelos Concelhos Directivos dos Baldios da Zona Centro que se reunirão em Arganil, no próximo dia 15 de Janeiro, por iniciativa do respectivo Secretariado que tem a sua sede em Castanheira de Pera. Nesta reunião será debatida a questão da exploração dos baldios pelas populações, a revogação do artigo 109.º da lei sobre a competência e atribuições das autarquias locais que limitava este direito e ainda a comercialização dos produtos florestais.

Dia 5 de Fevereiro: Camponeses de Beja reúnem-se

Encontra-se já em preparação o encontro dos

pequenos e médios agricultores de Beja. As razões que levaram camponeses de Beja a lançar mãos a esta iniciativa são expressas no seguinte comunicado enviado aos órgãos de Comunicação Social:

"É altura de lutarmos pelos nossos direitos e interesses.

"Pequenos agricultores, (pequenos proprietários e rendeiros), é altura de nos unirmos e organizarmos, é altura de lutarmos pelos nossos direitos e interesses.

É altura de criarmos as nossas organizações próprias — as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores — e outras, para através delas, fazermos ouvir a nossa voz e elaborarmos um Caderno Reivindicativo com as nossas principais necessidades e aspirações.

É altura de criarmos as nossas associações de Comercialização (cooperativas de comercialização, para escoamento dos nossos produtos e para comprarmos adubos, as máquinas e alfaias de que precisamos) e Associações de Transformação (lagares, adegas, etc.).

É altura de exigirmos crédito, subsídios, seguros de colheita e apoio técnico, tal como manda a nossa Constituição. É altura de passarmos a ter

uma Previdência Rural para todos nós."

Vamos preparar o Encontro Distrital de Beja de 5/2/78.

A Comissão Organizadora do Encontro apela para que nas localidades e freguesias do distrito, de pequenos agricultores e rendeiros se reúnam e discutam os principais problemas para depois os apresentarem no Encontro Distrital no dia 5 de Fevereiro de 1978 em Beja. Nestas reuniões deve também ser resolvida a questão dos transportes, para que todos possamos ir ao Encontro.

Quais os assuntos a discutir no dia 5/2/78 no Encontro?

A Comissão Organizadora propõe que funcionem 2 secções e que sejam discutidos os seguintes assuntos:

1 — Crédito, Subsídios, Seguros de Culturas e Apoio Técnico;

2 — Comercialização (escoamento, compra e venda, etc.) e Preços;

3 — Transformação dos Ex-Grémios da Lavoura em Cooperativas de Comercialização;

4 — Previdência Rural;

5 — Arrendamento Rural e Seareiros;

6 — Organização (das Ligas, de cooperativas de comercialização, de lagares e adegas)."

Na base destes pontos será

laborado e aprovado no Encontro um Caderno Reivindicativo dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja.

Propomos a eleição de um Secretariado Distrital Provisório que represente os interesses dos pequenos e médios agricultores do distrito de Beja e que vá entregar à Assembleia da República, ao Conselho da República, ao Conselho da República e ao Governo, o Caderno Reivindicativo que aprovamos no Encontro e explique os nossos problemas e reivindicações.

Pequenos e Médios Agricultores temos direito a uma vida melhor!

Dia 12 de Fevereiro: I Encontro de Camponeses de Santarém

Por decisão de várias organizações representativas da pequena e da média lavoura do Distrito de Santarém reunidos no passado dia 17 de Dezembro último, constituiu-se a Comissão Organizadora do I Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros do Distrito de Santarém a realizar no dia 12 de Fevereiro próximo.

Por decisão da reunião, a Comissão Organizadora

é constituída pelas seguintes organizações: Coopvinhal, Factoragro, Comissão Pró-Liga, Comissão de Seareiros, Cooperativa Searal (todas de Alpiarça), Movimento de Agricultores Rendeiros e Seareiros do Concelho de Almeirim (MARS), Cooperativa "Os Progressistas", Cooperativa "Espiga do Ribatejo" (todas de Almeirim), Comissão Pré-Cooperativa da Brogueira, Cooperativa "Unidade dos Pequenos e Médios Agricultores" da Ribeira Branca (Torres Novas) e um grupo de camponeses da Chamusca.

Em comunicação aos órgãos de Comunicação Social a Comissão Organizadora do Encontro informa que os temas a discutir sectorialmente no Encontro serão:

— Crédito; Previdência Rural; Comercialização e Preços; Arrendamento Rural; Organização.

"A Comissão Organizadora levará a efeito várias sessões e reuniões de Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros nos mais variados pontos do Distrito, como forma de dinamização do Encontro, e auscultar sobre os seus problemas, aqueles que verdadeiramente trabalham a terra e a formação de Comissões Locais de apoio à Comissão Organizadora."

Barreiro

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 78 QUE MEIOS PARA O REALIZAR?

O Plano de Actividades da Câmara Municipal do Barreiro, aprovado por maioria (com uma abstenção do representante, GDUP) na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 23 de Dezembro, é antes de mais, como se afirma na nota introdutória que o acompanha, um programa das intenções dos democratas responsáveis pela gestão daquele importante município.

Com efeito, a concretização dos importantes objectivos apontados no plano, que sem qualquer dúvida contemplam profundas aspirações dos municípios, está comprometida logo à partida pelo «simples» facto de se desconhecer quais as verbas que o Governo Central irá transferir para as Autarquias Locais em 1978. Se se tiver em consideração a impossibilidade de autofinanciamento do Município do Barreiro, facilmente se compreenderá com que apreensão os seus responsáveis encaram o futuro.

Ilustrando a gravidade da situação financeira — e a urgência de uma lei de Finanças Locais — a referida nota introdutória lembra que, feitas algumas contas com números disponíveis no final de Novembro, de 100 mil contos recebidos em 77, 85 mil foram transferidos de vários Ministérios para a Câmara, para despesas com pessoal, obras, equipamentos, projectos, dívidas passivas, etc.

Se a esta situação (exemplo do que se passa no resto do País) adicionarmos o facto de as Juntas de Freguesia se encontrarem na completa dependência da Câmara, dado

que praticamente não têm receitas próprias e vivem dos subsídios concedidos mensalmente para toda a sua actividade e que representam 91,2% dos seus orçamentos, ficaremos com uma visão bastante clara das dificuldades com que o Município do Barreiro se debate para levar a cabo o seu programa.

HABITAÇÃO E URBANISMO TEM A PRIORIDADE

Apostando no empenhamento dos responsáveis pelo poder local na defesa dos interesses das populações que neles confiarão e contando com o apoio e colaboração das organizações populares, a Câmara Municipal do Barreiro, malgrado todas as dificuldades já apontadas, não deixou de contemplar no seu plano os aspectos considerados mais essenciais à melhoria das condições de vida dos seus municípios e ao desenvolvimento harmonioso do concelho.

As questões de Habitação e Urbanismo encabeçam o Plano de Actividades.

Destacando a necessidade da habitação social, o Plano

aponta para a promoção municipal da construção de alojamentos de renda social, destinada a agregados familiares de rendimentos reduzidos, devendo de imediato proceder-se aos estudos urbanísticos e à elaboração dos projectos necessários à construção, nos próximos três anos, de cerca de mil e trezentos fogos deste tipo, distribuídos pelas Freguesias de Palhaís (150 fogos); de St.º André (700) e do Lavradio (450).

Os fogos de renda social e renda limitada deverão ser distribuídos defendendo embora critérios justos, dando preferência aos agregados familiares cujo trabalho se localize no concelho ou na região envolvente (Moita-Seixal), de modo a limitar o desenvolvimento da função dormitório da margem norte, nas novas zonas habitacionais.

A Câmara Municipal deverá também passar a intervir nos loteamentos habitacionais do sector privado, a fim de garantir, sempre que possível, a inclusão em cada empreendimento de uma percentagem de fogos de habitação social.

Para o desenvolvimento urbanístico a CM necessita,

como se compreende, de disponibilidade de terrenos públicos. Para tal, decidiu-se promover a aquisição de terrenos necessários à constituição de reservas para fins urbanísticos e de expansão urbana; construção habitacional, como já se referiu; equipamentos colectivos e vias de

sendo de grande importância para o desenvolvimento do concelho, especialmente no que se refere aos troços entre o túnel do Lavradio e Vila Chã.

No que respeita aos transportes urbanos, o Plano visa em primeiro lugar manter a qualidade de serviços alcançada em 77, o que implica a ampliação do serviço de

SAÚDE E ASSISTÊNCIA CULTURA E DESPORTO

Para além das referências às inúmeras obras já iniciadas em anos transactos (obras de compromisso) e cuja conclusão está dependente da concessão de financiamentos



Câmara Municipal do Barreiro: as questões de Habitação e Urbanismo encabeçam o plano de Actividades

comunicação, explorando todos os recursos legais existentes.

Sendo o Barreiro uma zona industrial, é perfeitamente lógico que o Plano consigne a intervenção do Município na expansão das zonas industriais existentes, de modo a identificar e promover a resolução coordenada dos problemas dela resultantes, nomeadamente no que se refere à sobrecarga de infra-estruturas, transportes, necessidade de novos alojamentos e equipamentos. Assegurando, evidentemente, a participação das empresas nos encargos daí resultantes.

Criar condições para a implantação racional de novas actividades na zona rural do concelho é outro dos objectivos apontados.

REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

O melhoramento dos acessos aos concelhos limítrofes e à auto-estrada Lisboa-Setúbal deverá também ser em breve objecto de estudo, assim como o necessário para a melhoria das ligações de acesso ao terminal fluvial.

Igualmente a curto prazo deverá estabelecer-se em definitivo o traçado da via rápida, desde o túnel do Lavradio ao nó de Coima, onde intercepta a auto-estrada Lisboa-Setúbal, bem como todas as ligações com a rede viária existente no concelho.

A construção da via rápida é apontada no Plano como

forma a que este possa corresponder às necessidades crescentes da população.

A ampliação dos serviços implica, por seu turno, a alteração de alguns percursos, a intensificação de frequência de algumas carreiras, a melhor cobertura de algumas zonas, a criação de novas carreiras e o estudo para a extensão da rede a pontos do concelho ainda não abrangidos. Para tal, torna-se necessária a aquisição de novos autocarros que, contando com a substituição dos que atingem o seu limite de «vida», serão de 20 unidades até ao fim de 1980. Destes vinte, sete deverão entrar em funcionamento no último trimestre do corrente ano, na melhor das hipóteses e mesmo assim já com significativo atraso, segundo o Plano.

A aplicação deste programa de melhoramento da rede de transportes implica, como se sublinha no Plano de Actividades, um considerável aumento dos encargos que deverá ter contrapartida nas receitas, nomeadamente através de subsídios do Estado à Câmara e de uma eventual revisão da estrutura tarifária devendo contudo esta, caso venha a verificar-se, ser feita em moldes que permitam a aproximação de todos os pontos do concelho e destes com o equipamento existente, impondo tarifas sociais nos percursos — domicílio/trabalho; domicílio/escolas; domicílio/locais de abastecimento.

por parte do Estado que vão desde os equipamentos colectivos (balneários, infantários, parques, etc.), à higiene e limpeza, passando pela construção de novos mercados e cemitérios, importa ainda salientar os aspectos referentes à assistência e às actividades culturais, recreativas e desportivas.

Quanto ao primeiro aspecto, destaca-se a entrada em funcionamento de um novo Centro de Assistência Materno-Infantil, prevista para o corrente ano, bem como a criação de um Centro de dia e lar de idosos. Este centro para a terceira idade deverá começar a ser construído em 1979, ficando sob a responsabilidade jurídica da Misericórdia do Barreiro. A sua construção e equipamento, quando aprovados, correrá por conta do Ministério dos Assuntos Sociais.

Quanto às actividades culturais, recreativas e desportivas, a CM compromete-se no seu Plano de Actividades a continuar a dar todo o apoio possível aos clubes, colectividades e associações do concelho.

Os objectivos da CM neste sector têm muito a ver com os definidos pela União de Clubes e Colectividades do Barreiro, recentemente formada: organização de actividades conjuntas ao nível concelhio, estimulando a sã c a m a r a d a g e m e sensibilizando as populações para o facto de o desporto, da cultura e do recreio serem necessidades da cultura como um todo e contribuírem para o desenvolvimento harmonioso da personalidade humana; estímulo ao associativismo; aproveitamento dos espaços e dos tempos livres em todos os locais; promoção do intercâmbio de actividades em todo o concelho e fora dele.

A CM compromete-se ainda a dar o seu apoio às diferentes organizações, com prioridade para as zonas onde a sua actividade é menor, quer estimulando as suas iniciativas, quer fornecendo sempre que possível meios técnicos e humanos para as diferentes actividades, quer ainda organizando cursos de animadores desportivos e culturais.

O Plano de Actividades da Câmara Municipal do Barreiro, de que referimos os aspectos mais salientes, contempla aspirações profundas das massas populares. Sendo embora grande o volume dos trabalhos a executar, não é irrealista. Mas a sua execução não depende só da Câmara. A maior responsabilidade do seu cumprimento (ou não) dependerá do Governo Central.

Assembleia Distrital de Faro já instalada e a funcionar

Realizou-se no passado dia 27 de Dezembro o acto de instalação da Assembleia Distrital de Faro, órgão autárquico presidido pelo governador civil do distrito e de que fazem parte representantes das Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia.

Usando da palavra no início da sessão o dr. Almeida Carrapato, governador civil, salientaria a importância do acto e referir-se-ia ao êxito obtido pelos órgãos autárquicos, apesar dos limites das suas possibilidades materiais que a ausência de uma autonomia financeira continua a cercear, sem que a heterogeneidade partidária ou política dos seus membros tenha impedido uma administração normal. Sublinhando que a Assembleia Distrital de Faro era provavelmente a primeira a ser instalada no País, Almeida Carrapato recordou que o processo democrático de desenvolvimento do poder autárquico completar-se-á quando for instituída a região administrativa. Então — disse — poderemos afirmar, com alegria, que valeu a pena viver esta caminhada. Porque nas regiões, nos distritos, nos municípios, nas freguesias, os povos, de mãos dadas, terão sabido defender a democracia, a liberdade e a nova República. Sejam quais forem as vicissitudes por que passe Portugal, a História já decidiu que o futuro é democrático.

Os trabalhos da sessão prosseguiram com a discussão do plano de actividades e orçamento para 1978 e terminaram com a eleição dos representantes da Assembleia Distrital do Conselho Nacional do Plano e do Conselho Distrital.

A Assembleia Distrital de Faro voltará a reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 31 de Janeiro.

Assembleia Municipal de Lisboa aprovou Plano e Orçamento

O Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para o período de 1978/80 e o Orçamento ordinário para o corrente ano foram aprovados na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 29 nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

O Plano para o triénio (a que nos voltaremos a referir mais em pormenor), consta de dezasseis pontos que vão desde o planeamento urbanístico à implantação de infra-estruturas, passando pela reestruturação dos serviços municipais e pela intensificação e fomento de actividades culturais e recreativas.

No que se refere às realizações previstas para 1978, as despesas foram orçamentadas em mais de 4300 mil contos, dos quais 2400 mil em despesas ordinárias e o restante em encargos extraordinários.

Segundo foi ainda informado no decorrer da sessão, o Conselho Municipal de Lisboa deverá ser constituído durante o corrente mês.

Antes da ordem do dia a AM aprovou diversas moções de que se salienta a apresentada pela FEPU (aprovada por unanimidade) chamando a atenção da Assembleia da República para urgência da aprovação de legislação sobre Finanças Locais, sem a qual se torna impossível a consolidação do Poder Local.

A Assembleia Municipal decidiu igualmente propor (com notória mágoa do PPD e CDS) a alteração de quatro nomes de outras tantas artérias da capital. Assim, a Rua Conselheiro Fernando de Sousa (às Amoreiras) passaria a chamar-se Rua Jaime Cortesão; a Praça General Domingos de Oliveira passaria para Praça Brito Camacho; a Rua das Indústrias para Rua Bento de Jesus Caraça; e a Rua Pero Correia Marques para Rua Eng.º António Maria Silva. A Assembleia aprovou ainda que o nome de Bernardino Machado venha a ser evocado numa das novas artérias da cidade.

Inoperância da Câmara do Porto impediu discussão na A. Municipal de importantes documentos

Prossegue no próximo dia 16 do corrente a Assembleia Municipal do Porto que irá apreciar, discutir e votar o Orçamento e Plano de Actividades da Câmara, bem como o Orçamento dos Serviços Municipalizados, cuja análise não pôde ser feita na última sessão, como prevê a lei, devido à inoperância da Câmara Municipal do Porto, que não enviou aqueles documentos, antecipadamente, para os membros da AM.

Entretanto, na sessão do passado dia 28 de Dezembro, foram aprovadas duas propostas apresentadas pela FEPU acerca do problema de legalização de ocupações de casas e de repúdio pelos insultos dos pasquins fascistas «O Diabo» e «A Rua» contra o presidente da Assembleia Municipal, dr. António Macedo. Na primeira proposta, a Assembleia resolveu «solicitar à Assembleia da República e ao Governo que sejam amistiadas as ocupações levadas a cabo depois de 14 de Abril de 1975, e até à data de entrada em vigor do Decreto-Lei 294/77, de 20 de Julho, e que se dê possibilidade de legalização destas situações, determinando abertura de um novo prazo para esse efeito».

FEPU repudia critério adoptado nas nomeações dos vereadores a tempo inteiro

Pronunciando-se acerca da posição assumida pelo presidente da Câmara Municipal do Porto quanto à escolha dos quatro vereadores a tempo inteiro, a Comissão Coordenadora da FEPU naquela cidade divulgou um comunicado, no passado dia 28 de Dezembro, salientando que a decisão adoptada vem culminar a partidização do Município, já anteriormente e por diversas vezes evidenciada, na base de uma coligação do presidente com o PPD e, em geral, com a direita.

O comunicado assinala, por outro lado, que ao fixar em quatro o número de vereadores a tempo inteiro, o máximo que a lei permite, a Assembleia Municipal do Porto pretendeu dotar a Câmara de meios humanos que lhe permitam fazer face, em melhores condições, às múltiplas tarefas que enfrenta, tanto mais que a carência de meios tem sido frequentemente apontada para justificar dificuldades e deficiências de vária ordem, muitas das quais graves. Depois de citar declarações do presidente, para quem o vereador eleito pela FEPU, eng.º Manuel Andrade, com vantagem preenchia os requisitos exigidos para o cargo de vereador a tempo inteiro, só não o nomeando por ele ter defendido em aspectos fundamentais opinião contrária à sua, como no caso da deliberação que limita e condiciona a propaganda política nas ruas, o comunicado da Povo Unido lamenta que o presidente tenha fundamentado a sua escolha não em critérios de capacidade e eficiência, mas em critérios políticos, prática digna dos tempos do fascismo, que vivamente repudiamos.

BALANÇO DA ACTIVIDADE DOS ELEITOS DA FEPU NO CONCELHO DE PALMELA

A semelhança do que tem vindo a suceder em vários pontos do país, os eleitos e candidatos da FEPU do concelho de Palmela realizaram recentemente o seu primeiro Encontro concelhio, que teve lugar na freguesia de Pinhal Novo.

O encontro, que assinalou a passagem do primeiro aniversário das eleições para as autarquias, procedeu ao balanço de toda a actividade desenvolvida pelos membros da FEPU nos diversos órgãos autárquicos do concelho.

Das intervenções dos eleitos nas Assembleias de Freguesia, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, ficou amplamente demonstrado que o saldo do trabalho desenvolvido durante um ano de actividade é mais positivo nos locais onde a FEPU detém a maioria e onde foi possível realizar uma política de unidade na defesa dos interesses da população, com base no programa de acção apresentado pela Frente aquando das eleições.

Das iniciativas de maior relevo levadas a cabo salientam-se os arranjos de caminhos; conservação de edifícios escolares; electrificação das zonas rurais; apetrechamento dos diversos sectores laborais do município; abastecimento de água à Baixa de Palmela; reforço do abastecimento de água a Palmela; apoio a iniciativas culturais e recreativas.

No sector do ensino foi salientada ainda a acção das Comissões de Moradores e das Comissões de Pais no arranjo de escolas em colaboração com a Câmara, que forneceu todos os materiais necessários. Salienta-se neste campo a construção de dois edifícios escolares nos Bairros Alentejano e Margaça, totalmente custeados pelo

município e inteiramente edificados pelos moradores.

No campo da saúde, é de destacar a construção de um posto médico no Bairro dos Marinheiros, já em fase de acabamento, igualmente tornado possível graças à íntima colaboração da Câmara com as populações.

Quando às deficiências, que não deixaram de ser analisadas, elas referem-se sobretudo à habitação. Mas mesmo neste sector, que tanto preocupa a população, os elementos da FEPU pensam que será possível melhorar a curto prazo a situação, nomeadamente com a entrada em funcionamento dos serviços municipais de habitação.

INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CONCELHO

A nota discordante da panorâmica geral do concelho é dada pela freguesia da Marateca, onde o presidencialismo e caciquismo do respectivo executivo se manifesta no mais profundo desrespeito pelas normas democráticas e, obviamente, pelos interesses das populações.

Como exemplo das formas de funcionamento deste órgão autárquico — onde a FEPU não possui nenhum membro — refira-se que o plano de actividades da freguesia foi entregue na Câmara Municipal sem ser previamente discutido e aprovado na respectiva Assembleia de Freguesia. As reuniões deste órgão deliberativo não parecem ser, aliás, do agrado daqueles caciques, pois os membros da FEPU nela representados (um terço do total) já por diversas

vezes têm requerido reuniões extraordinárias — de acordo com o consignado na lei — sem nunca terem sido atendidos.

A realização de sessões de esclarecimento para sensibilizar as populações para este e outros problemas e levá-las a participar activamente na superação dos mesmos foi apontada no encontro como uma necessidade urgente.

A constante informação da actividade desenvolvida pelos órgãos autárquicos — a que as populações têm direito — deverá também passar a ser feita com regularidade, nomeadamente através de boletins informativos. Esta medida, proposta pela FEPU, foi já aprovada pelas restantes forças políticas nas diversas Assembleias de Freguesia do concelho, com excepção, como facilmente se depreende, da freguesia da Marateca.

O encontro de eleitos da FEPU do concelho de Palmela concluiu igualmente a necessidade de se incentivar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas Comissões de Moradores e Comissões de Pais, bem como a criação de novas Comissões de Moradores e outras organizações populares de base.

Conscientes da importância da participação popular na resolução dos principais problemas locais, os elementos da FEPU apelaram no seu encontro à mobilização das organizações populares para, em estreita colaboração com os órgãos autárquicos e em unidade com todas as forças democráticas do concelho, se empenharem decididamente na realização das justas aspirações e reivindicações das massas trabalhadoras e da população em geral.

COOPERATIVAS DE CONSUMO REÚNEM-SE EM ABRIL EM ENCONTRO NACIONAL

De acordo com a decisão tomada no Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Março do ano findo, vai ter lugar no próximo mês de Abril um encontro nacional de cooperativas de consumo para deliberar sobre a formação da Federação Nacional destes organismos.

Recorda-se que no primeiro Congresso foi eleita uma Comissão Pró-Federação Nacional das Cooperativas de Consumo (Pró-FNACC), que ficou responsável por dinamizar o processo até à realização do encontro. No âmbito da sua actividade a Pró-FNACC elaborou um projecto de estatutos para a Federação, que deverá ser em breve enviado às cooperativas para estudo e eventuais propostas de alteração, a serem posteriormente apreciadas no encontro de Abril.

Ainda de acordo com as deliberações do Congresso a Pró-FNACC tem vindo a estabelecer contactos com outros ramos cooperativos e com o movimento sindical, bem como com organismos oficiais de comercialização (comissões reguladoras e juntas nacionais). Estes últimos contactos visam sobretudo chegar a entendimento na definição de uma mais correcta política de abastecimento.

No campo das relações com organismos estrangeiros do mesmo género, a Pró-FNACC começou já a desenvolver uma actividade tendente a levar a futura Federação a fazer parte da Aliança Cooperativa Internacional. E neste âmbito que se integra a visita que uma delegação daquele organismo deverá realizar ainda este mês à União Soviética, onde se desloca a convite da central das cooperativas soviéticas, a Centrossoyos.

Mértola

ENCONTRO DE REFORMADOS

Em Plenário realizado no passado fim-de-semana no Cine-Teatro da Mina de S. Domingos, cerca de duzentos reformados da Previdência e Casas do Povo do concelho de Mértola elegeram a sua Comissão Organizadora Concelhia.

No plenário, em que participaram também representantes da Comissão de Reformados do distrito de Beja, da União dos Sindicatos do distrito de Beja e da Coordenadora da Intersindical, os reformados aprovaram uma

Protestando contra o aumento do custo de vida, aqueles reformados exigiram também a criação de habitações condígnas que lhes permitam viver em melhores condições, em condições de seres humanos que são e que como tal devem ser tratados pela sociedade a que pertencem.

NATAL DOS «PIONEIROS» NA CHAMUSCA

Conforme temos noticiado em anteriores edições, têm-se realizado nas últimas semanas várias festas de Natal dedicadas às crianças e promovidas pelo nosso Partido.

Na Chamusca e pela primeira vez, numa iniciativa do grupo das mulheres

RECTIFICAÇÃO

Procurou-nos o empregado da Carris referido numa notícia do «Avante!» de 22/XII/77 por ataques ao PCP e à Célula do PCP da empresa por ele produzidos numa sessão de esclarecimento organizada por aquela Célula, para que rectificásemos a informação de que tem ligações com a UDF, o que não corresponde à verdade. Aqui fica a rectificação.

apoiado pela Comissão Concelhia, realizou-se no passado dia 1 de Janeiro e no Centro de Trabalho local, o «Natal dos Pioneiros».

Esta iniciativa, que visou dar mais «fôlego» ao grupo local dos pioneiros e estimular uma maior união entre os camaradas e amigos do nosso Partido, contou com a participação de cerca de 100 crianças. Projectaram-se filmes (Charlot, Desenhos Animados, Bucha e Estica, documentários sobre a Festa do «Avante!"/1977, funeral do camarada Pedro Soares, 11 de Março, Manifestação em Torres Novas da CGTP/IN, bem como um apontamento de viagem à URSS).

Finalmente houve rifas e uma merenda para os

pioneiros, num Centro de Trabalho ainda em obras e com salas que foram pequenas para a alegria e o entusiasmo demonstrado por pequenos e graúdos.

TAMBÉM HOUE O "NATAL DA CRIANÇA"

Ainda na Chamusca, e também pela primeira vez, realizou-se o «Natal da Criança», promovido pelo Sport Lisboa e Chamusca". Para as mais de duzentas crianças presentes actuou o Teatro Experimental Torrejano, que apresentou "A outra história do Capuchinho Vermelho", Fantoques pelo

FESTA EM ST.º AMARO

Domingo, com início às 15 horas, realiza-se na Academia de Santo Amaro a Festa dos Pioneiros da 2.ª Zona — Freguesia de Alcântara. Haverá palhaços, canto livre e poemas, e um lanche para todas as crianças.

O MUNDO CAPITALISTA EM 1977: FORAM AS PREVISÕES PESSIMISTAS?

Ao fim de cada ano, os políticos, os economistas, os sociólogos e a imprensa, fazem normalmente previsões para o ano novo. Os autores estão particularmente preocupados pelos grandes problemas a regular pelo mundo ocidental: recessão económica, crises monetárias, desemprego, agravamento das questões sociais.

No final de 1976, a grande imprensa ocidental fez também as suas previsões. Quem acertou e quem errou? Até que ponto estas previsões saíram certas?

ESTADOS UNIDOS: desemprego e inflação

Em Dezembro passado, a «Conference Board» americana, Instituto de Investigação com 12 dos maiores economistas dos Estados Unidos, previa que o desemprego e a inflação manter-se-iam em 1977, os problemas mais urgentes da economia americana.

O pessimismo dos técnicos não os enganou, mesmo quando analisamos números oficiais inferiores à realidade. Os Estados Unidos terminam o ano com um exército de desempregados, que constitui 6,8 por cento da população activa (perto de 7 milhões de pessoas). Os sindicatos apresentam, em contrapartida, um número próximo dos dez milhões de desempregados.

A inflação evoluiu ao mesmo ritmo e estaciona em 6 por cento, os preços não deixam de subir. No primeiro semestre o aumento na alimentação foi de 13 por cento, no aquecimento de 19,2 por cento, nos medicamentos e saúde 10,1 por cento, no gás e electricidade de 11,4 por cento. Os pessimistas americanos foram, afinal, optimistas. As suas previsões confirmaram-se totalmente.

FRANÇA: indústria em crise

No final de 1976, os técnicos do Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Económicos previam — e a imprensa fazia grande publicidade destas previsões — que o ano de 1977, traria para a França dificuldades económicas, tornar-se-ia um ano de nova redução das actividades económicas e de acréscimo do desemprego.

O balanço preliminar do ano confirma a justiça destas previsões. O número de desempregados ultrapassa 1,6 milhões de trabalhadores activos, contra 1,4 milhões em Dezembro de 1976. A indústria francesa, sobretudo a metalúrgica, a de automóveis, a construção mecânica, a têxtil, atravessam dificuldades. A recessão dos sectores é devida ao enfraquecimento da França no comércio externo: em oito meses de 1977 o défice atingiu um número recorde.

INGLATERRA: tinham razão os pessimistas

Há um ano o «Sunday Times» escrevia que o ano de 1977 seria bom para os que quisessem emagrecer.

Os profetas irónicos do jornal tinham muita razão: a taxa de inflação subiu para os 14 por cento, os índices de preços de determinados produtos alimentares cresceram escandalosamente e a situação da libra é a de instabilidade. Para a imprensa inglesa, perto de dois milhões de ingleses habitam em alojamentos insalubres e quase 50.000 pessoas estão sem abrigo.

RFA: previsões e realidades

As previsões alemãs eram relativamente optimistas: «Nós podemos esperar o ano de 1977 e os problemas que ele nos trará com um optimismo lúcido. Reduziremos ainda mais o desemprego e controlaremos a actividade económica...» — dizia o boletim dos sociais-democratas alemães.

A resposta a estas previsões é dada pelas próprias estatísticas de 1977 da Alemanha Ocidental. Para as previsões, o Produto Nacional Bruto (PNB) subiria a cinco por cento, na RFA, e a Associação Federal Alemã do Patronato confirma que não ultrapassará afinal os 2,5 por cento. O desemprego manter-se-á à volta de um milhão de trabalhadores. Os preços dos víveres e dos artigos manufacturados tiveram aumentos muito significativos.

JAPÃO: o barómetro baixa

O departamento governamental japonês de planificação económica calculou que em 1977 a taxa de crescimento do Japão atingiria 6,7 por cento. Recentemente foi reconhecido oficialmente que o Japão atravessa a crise mais profunda desde o após-guerra. A recessão acelera-se, milhares de pequenas e médias empresas têm falido, o número de desempregados que se previa não ultrapassar um milhão de pessoas é actualmente de 1.395.000 pessoas e, espera-se que em 1978 cresça em mais setecentas mil pessoas. O preço de bens de primeira necessidade sobe em flecha: um aumento de 6 por cento em Outubro em relação ao mesmo mês do ano passado.

E 1978?

Para 1978 a OCDE prevê instabilidade económica e baixa de consumo em alguns dos países capitalistas que se agrupam na organização. O ano de 1978 para a «Conference Board» será de redução de despesas de consumo e de manutenção do exército de desempregados, grande obstáculo ao crescimento económico.

Prevê-se para 1978 pelo menos a estagnação dos países capitalistas. Serão estes prognósticos pessimistas?



A Reforma Agrária não foi só a distribuição das terras. Na foto, um campo experimental para o melhoramento genético do gado tendo em vista o aumento da exploração do leite

Cuba, 18 anos depois

«NÃO NOS DETEREMOS AQUI!»

Passaram dezoito anos desde que, em 1 de Janeiro de 1959, o Governo Revolucionário cubano assumiu o poder.

Antes, tinha sido a guerrilha vitoriosa, iniciada com a expedição do «Granma» e que correspondia ao desejo de todo o povo trabalhador de Cuba desejoso de ver derrubado o laço do imperialismo norte-americano — o ditador Batista.

Em todo o mundo, as forças progressistas seguiram com atenção e carinho as notícias quase diárias dos sucessos da Revolução cubana. Também em Portugal, muito embora a censura apertada, as vitórias dos revolucionários eram motivo de entusiasmo por

em benefício dos direitos mais elementares dos trabalhadores e do povo cubano.

Nos nove meses que se seguiram foram-se arrancando os males de raiz e abrindo os sulcos onde germinaria o futuro. As primeiras disposições do Governo Revolucionário liquidaram o domínio político imperialista em Cuba, assegurando a soberania nacional.

Por outro lado, o Governo Revolucionário adopta medidas económicas tendo em vista um benefício popular imediato e directo, e que provocaram, fundamentalmente, uma baixa do custo de vida e, consequentemente,

capitalistas norte-americanos e os latifundiários cubanos.

Mas o golpe mais profundo vibrado na arcaica estrutura económica de Cuba foi a reforma agrária, implicando a expropriação dos grandes latifúndios, dando ocasião ao primeiro grande confronto entre a Revolução cubana, por um lado, e o imperialismo norte-americano e os latifundiários cubanos, por outro.

Essa lei, publicada em Setembro do mesmo ano, tornou possível a exploração por parte do Estado dos latifúndios nacionalizados. Ao mesmo tempo foram desenvolvidas novas formas de exploração agrícola e muitos camponeses sem

Revolucionário não era mais fácil. A reacção interna procurava sabotar a economia, despedindo os trabalhadores, diminuindo os salários, fazendo sair do país os capitais.

Em Cuba, como depois no Chile e mais tarde em Portugal, o grande capital monopolista jogou a cartada de lançar o caos económico, para que os trabalhadores perdessem a sua crença na Revolução.

Mas a determinação do povo cubano em ultrapassar as contrariedades que lhe eram impostas soube vencer as rudes provas. Todo um povo se lançou ao trabalho de construir uma pátria.

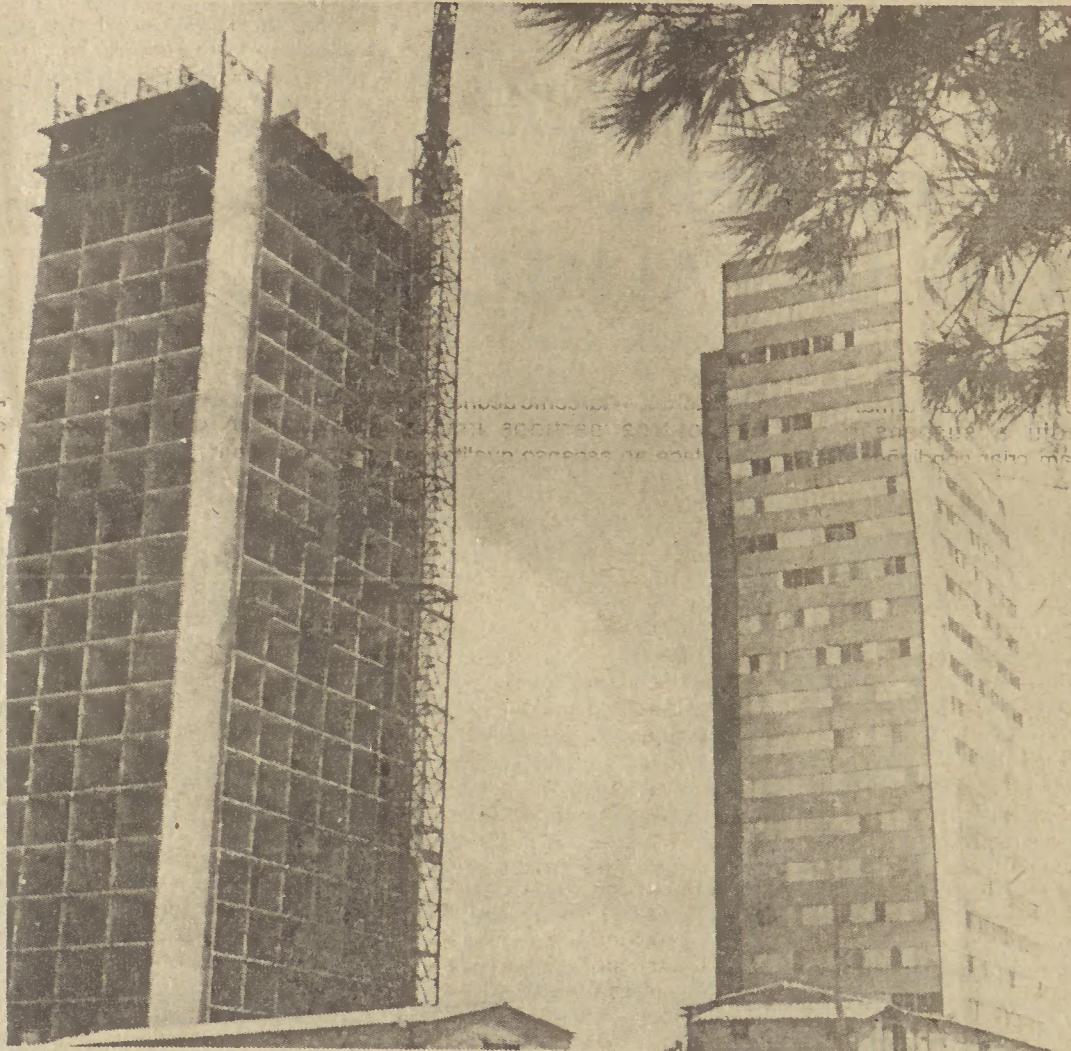
Nacionalizaram-se os bancos, as grandes e médias empresas, acabou-se com o analfabetismo, o desemprego, a discriminação racial e de sexo, estenderam-se a todo o país os serviços gratuitos de saúde e educação.

Gigantesco passo foi dado nestes dezoito anos e nem o desespero do imperialismo norte-americano, que subsidiou, em Abril de 1961, a invasão da ilha por mercenários, o conseguiu travar.

No 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba, o camarada Fidel Castro, primeiro-secretário do Comité Central expressava o desejo do povo cubano de avançar, avançar sempre:

O nosso futuro — diria Fidel no Relatório apresentado ao Congresso — apresenta-se promissor, apresenta-se claro. Hoje somos livres, hoje somos senhores absolutos do nosso destino, e por isso podemos construir esse futuro. Chegaremos tão longe quanto formos capazes de chegar.

As nossas lutas começaram no colonialismo, continuámo-las sob o capitalismo; hoje construímos o socialismo. E essa luta une-nos, irmana-nos, identifica-nos uns com os outros; fez com que o nosso povo no seu conjunto se supere e que cada um de nós, individualmente, seja melhor. Mas não nos deteremos aqui. Seguiremos em frente. Construiremos o socialismo! E sem que ninguém nos possa acusar de sonhadores, o nosso povo chegará ao comunismo!



Em Havana, os grandes imóveis transformam já a fisionomia da cidade

parte de todos os democratas e ocupavam os temas das conversas.

No primeiro dia do ano de 1959, começa uma nova batalha para as forças revolucionárias cubanas. Assumindo o poder, o Governo Revolucionário depara com toda uma situação económica e social que urge transformar,

o aumento do poder de compra.

As principais medidas económicas tomadas nos primeiros meses do Governo Revolucionário foram, entre outras, a reforma agrária, a diminuição das rendas de casa e das tarifas telefónicas. Estas decisões deram origem a um choque frontal com os

terra passaram a ser os proprietários das leiras que antes cultivavam em regime de parceria ou arrendadas ou então que cultivavam por esmola do latifundiário que a qualquer altura o podia pôr na rua.

Se a guerrilha fora difícil, a nova ofensiva que se deparava ao Governo

Roménia

HÁ 30 ANOS A TRILHAR A VIA DO SOCIALISMO

Hoje um país em grande desenvolvimento, com uma economia diversificada e planificada, a República Socialista da Roménia comemorou no passado dia 30 de Dezembro o trigésimo aniversário da proclamação da República.

Há trinta anos, mais precisamente na noite de 30 de Dezembro de 1947, a abolição da monarquia era consagrada por unanimidade pela Assembleia dos Deputados e uma nova era se abria para o povo romeno.

Estavam lançadas as bases para um desenvolvimento global da economia, a qual registou nestes anos avanços notáveis em todos os planos. Menos de um ano depois

— a 11 de Junho de 1948 — era decretada a nacionalização dos principais meios de produção, iniciando-se assim a liquidação do poder económico da grande burguesia industrial e financeira, enveredando a Roménia para a socialização da economia nacional.

A indústria, cuja produção aumentou cerca de 30 vezes desde a proclamação da República Socialista da Roménia, contribui em mais de metade para a formação do produto social e com mais de 57 por cento para a renda nacional, ocupando mais de 30 por cento da população activa.

No sector industrial a produção de máquinas tem um lugar de destaque. Por seu

turno, mais de 90 por cento da superfície agrícola do país é abrangida pelo sector socialista. Grandes investimentos foram feitos no campo da mecanização e na utilização de produtos químicos, outro tanto se passando no que diz respeito ao alargamento do sistema de irrigação e outros trabalhos, desenvolvimento da fruticultura e vitivinicultura, bem como o desenvolvimento de uma pecuária de tipo industrial.

Como resultado da atenção dada à produção agrícola a Roménia, que em 1938, o ano melhor desde sempre na produção capitalista, não passava dos quatro milhões de toneladas de cereais, via esta produção aumentada em 1972

para 15 milhões e no ano seguinte para 16,5 milhões.

O actual plano quinquenal continua a política de distribuição racional das forças de produção, de forma a que em 1980, cada distrito tenha uma produção industrial de 10 milhões de «lei».

Mas não fica por aqui o avanço verificado com o socialismo. No domínio do ensino grandes passos foram dados e, em 1975/76, a Roménia tinha inscritas no ensino primário e secundário 4.110.930 crianças e jovens, enquanto que 167.567 estudantes universitários se distribuíam por sete estabelecimentos de ensino superior.

Ainda no campo do ensino, a que a Roménia, como todos os países socialistas, presta um cuidado especial, até 1980 será generalizado o ensino obrigatório abarcando o liceu. De referir que existem no país cerca de 22.000 bibliotecas, 23.000 grupos de artistas amadores com mais de 400.000 membros e mais de 8 mil casas de cultura.

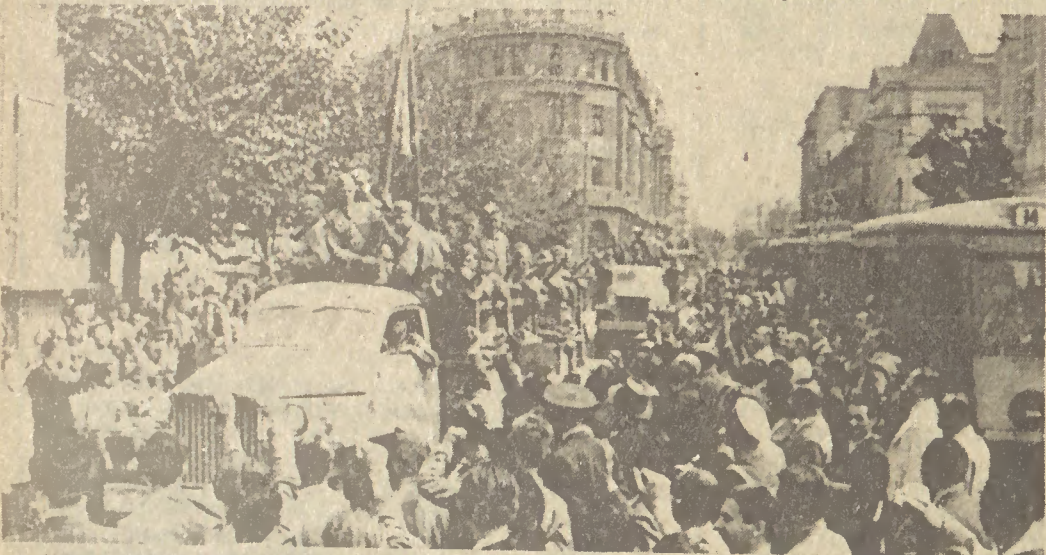
A Roménia de hoje, apenas com 30 anos na via do socialismo, apresenta uma face completamente diversa da que a caracterizava antes da guerra.

Modernos bairros para trabalhadores nos principais centros industriais dão a imagem do esforço desenvolvido em benefício das classes trabalhadoras.

Entretanto, no campo internacional, também a Roménia desenvolveu uma intensa actividade: os 25 países com os quais mantinha relações diplomáticas em 1947 aumentaram presentemente para 130, mantendo relações no campo económico com 140 estados.

Ainda no campo diplomático recordemos que as relações entre Portugal e a Roménia sofreram um grande desenvolvimento após o 25 de Abril, contribuindo assim para o conhecimento e a amizade entre os dois povos.

De país atrasado, arrancado à monarquia, a República Socialista da Roménia constrói o futuro, tendo uma atenção permanente pelo nível de vida do seu povo.



O Exército Soviético e os guerrilheiros comunistas romenos libertaram o país da opressão nazi



Um aspecto da cidade romena de Tirgu-Jiu, no Sudoeste do país. As construções modernas substituíram os antigos edifícios sem condições de habitação

OS 80 ANOS DE LUÍS CARLOS PRESTES

Sem nunca ter esmorecido na luta que travava em defesa do povo brasileiro, completou agora 80 anos o camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro.

Recordando a data, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP enviou-lhe uma mensagem de saudação, a qual releve:

Na passagem do 80.º aniversário, saudamos a tua vida inteiramente dedicada à causa do povo brasileiro e dos trabalhadores de todo o mundo, à luta contra o fascismo, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, o socialismo e desejamos os maiores êxitos na tua vida de militante revolucionário e grandes felicidades pessoais.

Carlos Prestes, capitão de engenharia do Exército brasileiro, foi uma das principais figuras do Tenentismo. Em 1930, recusa-se a participar no golpe de Getúlio Vargas, aderindo ao comunismo.

Preso em 1936, só viria a ser libertado em 1945. A sua companheira, presa na mesma altura, Olga Benário, alemã, foi entregue apesar de grávida, ao regime de Hitler e veio a morrer num campo de concentração nazi, onde nasceu sua filha Anita Leocádia. Só a solidariedade internacional conseguiu arrebatar a criança das mãos dos nazis.

Em 27 de Agosto de 1943, durante a Conferência de Mantiqueira, que reorganizou o PCB, Carlos Prestes foi eleito secretário-geral do Partido, o qual durante a legalidade cresceu constantemente, chegando a contar 150 000 militantes nas suas fileiras.

Fortalecendo o Partido, Carlos Prestes, sem abandonar o caminho da luta de massas, evitou o aventureirismo que levou à destruição vários movimentos esquerdistas do Brasil.

Em 1964, após o golpe fascista, continuou a entrar e a sair do Brasil, combatendo pela libertação do seu povo. «O Cavaleiro da Esperança», como é conhecido, está presente em muitos livros, poemas e músicas em toda a América Latina.

Em 1976, o camarada Carlos Prestes esteve em Portugal participando na Semana de Solidariedade com a América Latina promovida pelo Partido Comunista Português.



L.C.Prestes, quando em Malo de 1976 esteve entre nós, é abraçado pelo camarada Sérgio Vilarigues

Durante a sua estadia no nosso país pode constatar a admiração e a amizade que os democratas e os antifascistas portugueses lhe dispensam.

SEMANA INTERNACIONAL

O «REFERENDUM» DE PINOCHET COMPROVA A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A 16 de Dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou por grande maioria uma moção em que se denunciavam violações dos direitos humanos no Chile.

Dias depois, Pinochet impõe ao povo chileno um «referendum» para que este decida se apoia ou não o presidente da república face à moção da ONU.

Esta «consulta» ordenada pelo opressor fascista é deveras original e, na verdade, apenas vem confirmar o teor da moção aprovada pelas Nações Unidas.

«Votarão» obrigatoriamente todos os maiores de 18 anos, os votantes deixarão impressão digital nos cadernos eleitorais ao mesmo tempo que o seu bilhete de identidade é selado com um cupão retirado do boletim de voto; os votantes apenas podem votar «sim» ou «não» e todos os votos nulos ou brancos serão considerados como a favor do governo; a contagem dos votos é feita pelos representantes de Pinochet; a única propaganda autorizada foi a favorável a Pinochet.

Este processo permite um controlo quase total sobre as pessoas que votaram ou não. (A propósito, recordemos que ainda há pouco tempo o PPD procurou introduzir em Portugal o voto obrigatório, prevendo sanções para quem não votasse). Quem não tiver o selo no bilhete de identidade nunca mais poderá efectuar qualquer acto oficial em que seja preciso apresentar aquele documento.

Em resumo, o chileno que não votar fica excluído da vida do seu país e torna-se automaticamente num não-cidadão.

Quanto ao «referendum» de antemão se sabe o seu resultado. Foram os «jagunços» de Pinochet que contam os votos, os boletins brancos ou nulos contam como apoio ao governo. O ditador pode, pois, estar descansado quanto ao resultado final.

E se a situação no Chile não fosse tão grave, esta iniciativa até mereceria algumas gargalhadas devido ao seu burlesco.

Com efeito, procurando negar a moção aprovada nas Nações Unidas e que condenava as violações dos direitos humanos no Chile, o «referendum» de Pinochet apenas vem confirmar que a moção da ONU tinha razão de ser e que no Chile os direitos humanos, são esmagados continuamente e nos actos mais elementares do povo chileno.

Mas esta iniciativa de Pinochet é já o estertor do regime fascista no Chile. O general Leigh, um dos quatro membros da Junta militar, rejeitou em nome da Força Aérea os planos de Pinochet. O Departamento de Controlo rejeitou, como inconstitucional, o decreto que convoca o «referendum». Os apaniguados do regime fascista que se lançaram na propaganda eleitoral na via pública a favor do apoio ao regime militar depararam com a resistência dos trabalhadores e do povo em geral, que em muitos casos não hesitou em os agredir.

A sangrenta ditadura militar chilena está cada vez mais isolada. Os dirigentes do Partido Democrata-Cristão apelaram para o «não» maciço de todo o povo. Os partidos Comunista e Socialista denunciaram há muito a fraude que ontem se consumou. A própria União Mundial Democrata-Cristã condenou em Roma «o carácter chantagista do «referendum», o qual em nome da dignidade do Chile, está a tentar extorquir um consentimento popular que não existe na consciência da sua população». O Comité Permanente do Episcopado chileno pediu a suspensão do «referendum» até «que se possam criar condições mais favoráveis para a sua validade moral».

A Junta militar nunca precisou de «referendums» para matar milhares de prisioneiros políticos nem para instaurar a onda de terror que assola o país. Ser preso, presentemente, no Chile, significa desaparecer. As pessoas procuram os seus familiares presos e em grande parte dos casos nunca mais os vêem.

Lutando contra isto, mais de meia centena de familiares de pessoas desaparecidas estão em greve da fome na Basílica de São Francisco, na capital chilena, chamando a atenção mundial para a situação que se vive naquele país e contando com a solidariedade da Igreja Católica chilena.

O «referendum» de ontem, cujos resultados ainda não se conhecem, dará certamente a «vitória esmagadora» ao regime de Pinochet. O ditador pode repetir nestes moldes as «consultas» que por bem entender. Mas uma coisa é certa: o seu fim aproxima-se a largos passos, e em breve o povo chileno reencontrará a liberdade perdida.

Essa é a grande certeza do povo chileno e de todos os democratas que nos diferentes recantos do mundo apoiam a sua luta.



«Apartheid»: violência e repressão!

1978: ANO DE LUTA CONTRA O «APARTHEID»

A imprensa sindical do mundo condena os regimes de Smith e Vorster, mobilizando os trabalhadores para a sua denúncia, em solidariedade activa com os trabalhadores segregados pelos regimes racistas da região sul-africana, transformando assim o ano de 1978 — que as Nações Unidas decidiram consagrar à luta contra o «apartheid» — num ano de luta ideológica e de esclarecimento político dos trabalhadores.

Os comités nacionais de luta contra o «apartheid»

fizeram apelos para que os órgãos de informação dos trabalhadores — jornais e boletins sindicais — dessem grande apoio à luta contra os Estados racistas sul-africanos, sendo aqueles uma considerável frente de acção anti-imperialista, e um importante canal por onde se pode veicular a luta pelas liberdades, poderão desempenhar um papel fundamental em mais esta batalha contra o racismo e a opressão no Sul de África.

PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA: 60 ANOS DE LUTA PELO SOCIALISMO

O Partido Comunista da Argentina comemora amanhã, dia 6 de Janeiro, o seu 60.º aniversário. Fundado em 1918 após a cisão no Partido Socialista, cuja direcção há muito desenvolvia uma política capitulacionista e de traição aos trabalhadores, o PCA travou desde então árduas batalhas para a sua consolidação como partido marxista-leninista, enfrentando verbalismos esquerdistas e desvios trotskistas, ao mesmo tempo que desenvolvia um intenso e fecundo trabalho de massas junto a operários, camponeses, estudantes e todo o povo trabalhador em geral.

Em 60 anos de actividade consequente e sem desfalcos, o Partido Comunista da Argentina grangeou a admiração e o respeito das mais vastas camadas populares no seu país e um prestígio internacional.

A Argentina está hoje a viver tempos difíceis; desde o golpe de Estado militar em Março de 1976, já foram executadas cerca de seis mil pessoas, segundo um relatório «insuspeito» do secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, o estão encarceradas de 12 a 17 mil; a violência sobre as forças de esquerda mais consequentes é algo quase institucionalizado no país. Hoje, mais que nunca, o Partido Comunista da Argentina é a força indispensável para levar o combate pela liberdade a bom termo.

Assinalando o importante facto que é sempre a passagem do 60.º aniversário de um partido irmão, o «Avante!» publica um texto do camarada JÚLIO LABORDE, membro do CC do PC da Argentina.



Júlio Laborde (o segundo a contar da direita) esteve em Setembro em Lisboa, para assistir à Festa do «Avante!». A foto refere-se a uma sessão de solidariedade com os povos da América Latina realizada então no Jamor

O Partido Comunista da Argentina fundou-se em 6 de Janeiro de 1918. A sua criação respondeu a uma necessidade histórica — tal como aconteceu a outros partidos irmãos — face ao ascenso qualitativo do desenvolvimento das lutas de classe no país.

O Partido Socialista, fundado em 1896, havia caído sob o controlo de uma direcção reformista e, em consequência, abandonado a sua tarefa fundamental: contribuir para organizar os trabalhadores e impulsionar as suas lutas económicas, sociais e políticas, não se preocupando em conseguir a independência de classe do proletariado, para que este pudesse jogar o papel de vanguarda revolucionária de todos os sectores interessados em transformar a sociedade.

A direcção do velho Partido Socialista, ocupada com questões eleitorais, voltou as costas ao operariado no plano interno e internacional, adoptando atitudes antiproléticas que coincidiam com os interesses da oligarquia dominante e do imperialismo. Com efeito, durante a Primeira Grande Guerra atraiu acordos internacionais e resoluções do próprio Partido para apoiar um dos lados beligerantes, em vez de condenar os dois e a sua guerra imperialista.

mais tarde os que defendiam e lutavam por essas resoluções.

Como consequência disto, os marxistas internacionalistas convocaram um congresso para constituir um verdadeiro Partido Socialista. Durante a preparação do dito congresso teve lugar a Grande Revolução de Outubro, o que veio a definir mais claramente as diferenças entre socialistas internacionalistas e reformistas. O camarada Víctor Codovilla, um dos fundadores do Partido Comunista da Argentina, afirmou: «A luta dos marxistas contra os revisionistas do marxismo, dos internacionalistas contra os chauvinistas durante a Primeira Guerra Mundial, dos defensores da Grande Revolução de Outubro e de Lênine contra os seus detractores, foram os fundamentos principais em que se baseou a fundação do Partido Comunista da Argentina».

A fundação do PCA deu-se nos dois meses em que os revolucionários russos tomaram o Palácio de Inverno. Primeiro chamou-se Partido Socialista Internacional, para sublinhar o seu carácter internacionalista, e em 1920 passou a chamar-se Partido Comunista da Argentina. Na sua fundação e consolidação

tiveram um papel muito destacado os eminentes marxistas-leninistas Víctor Codovilla — que faleceu sendo presidente do PCA — e Rodolfo Chioldi, que é um dos seus líderes.

O núcleo consequentemente revolucionário da nova organização executou uma tarefa imensa para estruturar um verdadeiro partido marxista-leninista já que este, nos seus começos, não era ideológica e socialmente homogéneo: ao lado de operários preocupados em assimilar e aplicar os princípios marxistas-leninistas, havia também elementos artesãos e intelectuais pequeno-

Por JÚLIO LABORDE Membro do CC do PCA

ideias de Marx e lutar contra as teses do reformista Bernstein, que predominavam na cúpula partidária.

Os revolucionários marxistas desenvolveram os maiores esforços, dentro do Partido, para orientar no novo caminho, até que foram expulsos pelos elementos de direita da direcção — elementos que haviam ficado em minoria num congresso extraordinário, cujas resoluções sobre a guerra violaram, expulsando

-burgueses oriundos, alguns deles, do campo anarquista e sindicalista, eivados de vacilações e propensos às frases ultra-revolucionárias.

Assim, nos primeiros anos da existência do Partido, o núcleo marxista-leninista viu-se obrigado a travar luta intensa em duas frentes: contra os verbalistas revolucionários em geral e os trotskistas em particular. Ao mesmo tempo, este grupo dirigente orientava todo o Partido para as massas, para

a sua liberdade e independência nacionais. Assim, apoiou decididamente o povo mexicano na sua luta para nacionalizar o petróleo, em 1924-28; o herói da Nicarágua, o lendário Sandino, em 1927-28; o combate do povo espanhol contra o fascismo em 1936-39; a União Soviética, na sua histórica luta contra o nazi-fascismo. Mais tarde, impulsionou a solidariedade do povo argentino com os guatemaltecos, agredidos pelo imperialismo ianque e com os povos da Coreia e da República Dominicana, entre outros. Também adquiriu grande amplitude a campanha de massas a favor da Revolução Cubana e da heróica luta do povo vietnamita. O PCA mobilizou e mobiliza o repúdio dos trabalhadores manuais e intelectuais contra as ditaduras fascistas do Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e outras.

O PCA, na maior parte da sua existência, tem-se visto obrigado a actuar em condições muito difíceis de perseguição, ilegalidade e semilegalidade, mas jamais esmoreceu na sua luta pelo melhoramento económico-social das massas trabalhadoras da cidade e do campo, manuais e intelectuais. A sua ardorosa luta pela democracia é parte integrante da sua luta pelo Socialismo.

No momento actual, quando a Argentina vive uma situação muito complexa e perigosa, o esforço dos comunistas está orientado para impedir que elementos fascistas, partidários de Pinochet, se apoderem totalmente do poder político. Nesse sentido trabalham por uma ampla unidade de todas as forças democráticas, civis e militares, para terminar com o terrorismo de qualquer sinal e com os sequestros, assim como obter a libertação de todos os presos políticos e sociais, encarcerados durante meses e anos sem culpa formada nem julgamento, e conseguir uma verdadeira convivência democrática no país.

A luta do PCA e do povo argentino contra o fascismo e por uma democracia renovada vê-se fortalecida pelo ascenso da actividade operária contra o «plano de fome» do ministro da Economia, pelas manifestações de amplos sectores políticos e religiosos exigindo respeito pelos direitos humanos e as liberdades públicas e porque se começa a quebrar o imobilismo político e gremial, enquanto que o nível internacional cada dia que passa a correlação de forças se inclina mais e mais a favor da democracia, da paz e do socialismo.

O Partido Comunista da Argentina, ao cumprir 60 anos de luta, goza de um grande prestígio entre os operários, os camponeses trabalhadores e a intelectualidade avançada e progressista. Todas as tentativas da direita reaccionária para afastá-lo do povo têm fracassado totalmente e hoje encontra-se mais enraizado que nunca à vida política e social. Os 60 anos de experiência forjaram a sua tempera e elevaram o domínio da ciência marxista-leninista, o que lhe permite encarar as tarefas mais complexas com firmeza e clareza de objectivos.

A ONU em 1977 UMA SESSÃO CONSTRUTIVA

Durante 13 semanas as delegações de mais de 140 países debateram, em Nova Iorque, os 132 pontos da «ordem do dia» da 32.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O número das delegações, a quantidade e a importância dos assuntos discutidos, bem como as resoluções tomadas no campo do Desarmamento — quase 24 — atingiram números recordes.

O documento mais importante desta 32.ª sessão foi incontestavelmente, a declaração sobre o aprofundamento e o reforço do desanuviamento internacional, cujo projecto foi apresentado nos primeiros dias da Sessão por A. Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, constituindo uma forma de codificação do desanuviamento internacional.

Aí se insiste nas tarefas fundamentais da ONU, que são a consolidação da paz mundial e a segurança. Por outro lado foi reservado um lugar importante, nesta Declaração, aos acordos pacíficos multilaterais já existentes, bem como se sublinhou a importância dos princípios adoptados na Conferência de Helsínquia sobre a Segurança e a Cooperação na Europa.

A Assembleia Geral da ONU aprovou, por uma esmagadora maioria de votos, a Resolução apresentada pela União Soviética para a conclusão de um acordo mundial sobre a não utilização da força nas relações internacionais e a Resolução para a aplicação da Declaração Sobre a Consolidação da Segurança Internacional.

Os EUA continuam a sustentar as ditaduras

A imprensa mexicana denuncia a duplicidade das declarações dos Estados Unidos que afirmam ir reduzir o apoio militar às ditaduras fascistas da América Latina.

De facto os Estados Unidos aumentaram o seu apoio militar à Junta fascista do Chile: dois submarinos, dois contratorpedeiros, vinte caças «F-5E», aviões de transporte «C-130», foguetes anticarro e armamento diverso, no valor de 500 milhões de dólares; foram enviados aos torturadores que transformaram o Chile num imenso campo de concentração.

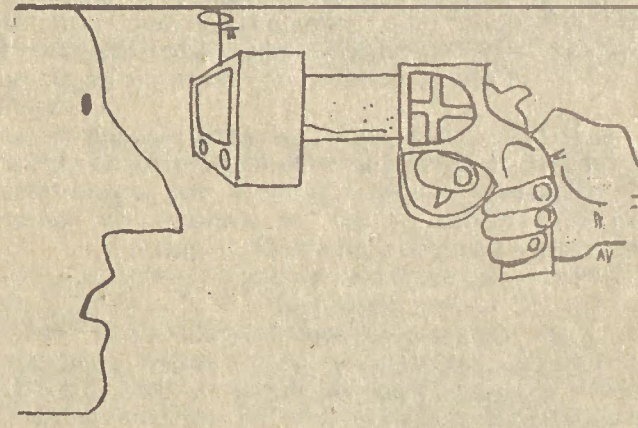
Por outro lado os regimes de Stroessner e Somoza continuam a receber milhões de dólares como subsídios, com que estes regimes compraram armamentos para a Polícia e Exército.

Na verdade o senhor Carter é um mãos largas quando se trata de defender os «Direitos Humanos». Pode-se mesmo dizer que, neste campo, não olha a despesas.

Na Turquia, governo de direita é derrubado

Como se esperava, o governo de coligação de direita de Süleiman Demirel foi derrubado no Parlamento turco, quando a oposição apresentou uma moção de censura. Segundo os preceitos constitucionais da Turquia, uma moção de censura equivale a um teste de confiança; há pouco o primeiro-ministro Demirel desafiara arrogantemente a oposição a apresentar uma moção de censura que, ao ser apresentada, contou com 228 votos a favor e 218 contra, derrubando o governo reaccionário de Demirel.

Bülent Ecevit, chefe da Oposição, foi convidado a formar governo, o que será feito a partir do seu Partido Republicano do Povo, de esquerda. O novo gabinete, segundo afirmações de Ecevit, lutará por restaurar a paz e a prosperidade na Turquia.



A violência na televisão americana

A violência, os crimes e a exibição de diferentes tipos de armas são uma constante dos programas da televisão americana, segundo informa um relatório que resume as conclusões da conferência dos presidentes das Câmaras dos Estados Unidos. Em média, os espectadores da televisão americana vêem, nove vezes por hora, pistolas, armas brancas, espingardas e outros tipos de armas.

Os autores do relatório estudaram os programas de emissões que ocupam 73 das horas que reúnem mais pessoas em frente do pequeno ecrã. Durante estas 73 horas as personagens dos filmes puxam 648 vezes por armas, cometem 136 assassinatos e ferem 40 vezes. Segundo o documento, habituá-se o espectador a considerar a violência como uma coisa habitual.

Os dados agora divulgados pelo relatório dos presidentes das Câmaras confirmam que a propaganda pela televisão é uma das causas que engendra a violência nos EUA.

A República Federal Alemã continua a apoiar a África do Sul

Mais de 6000 empresas e firmas industriais e comerciais da República Federal Alemã mantêm contactos cada vez mais estreitos com o regime racista da África do Sul; cerca de 4000 firmas da RFA possuem filiais neste país.

Estes números são citados pelos próprios jornais da República Federal Alemã, que informam ainda que, simultaneamente, as firmas e os bancos da RFA aumentam os seus investimentos na economia da África do Sul. Esses investimentos são já na ordem dos 12 000 milhões de marcos.

Por outro lado «Bona tem furado o embargo de fornecimento de armas à África do Sul decretado pela ONU», denuncia o jornal «Unsere Zeit», citando as recentes declarações de Martin Grüner, subsecretário parlamentar junto do Ministério da África do Sul, segundo o qual as firmas oeste-alemãs venderam motores para os torpedeiros sul-africanos.

M. Grüner fez esta afirmação respondendo a uma interpelação de L. Bothmer, deputado do SPD no Bundestag, que denunciou estes fornecimentos como contrários à resolução da Assembleia Geral da ONU.

O «amor» à paz do presidente Sadat

O presidente egípcio, Anwar Sadat, proibiu a actividade do Conselho Nacional Para a Paz, do Egipto, criado em 1964, durante o mandato do presidente Nasser.

Nos anos da sua existência, o Conselho Nacional Para a Paz desempenhou um papel importante junto da opinião árabe progressista e foi um defensor consequente do desanuviamento internacional, do reforço da Paz entre os Povos e de uma solução justa para o Médio Oriente.

Sadat, que escandalizou recentemente o mundo árabe e as forças progressistas de todo o mundo ao entabular negociações bilaterais com o governo sionista de Israel, para um acordo separado sobre o Médio Oriente, vem mais uma vez demonstrar quanto está empenhado na defesa da Paz. Será que, nesta matéria, apenas o terrorista Menahem Begin, primeiro-ministro sionista, é um interlocutor à altura do presidente Sadat?

LEIA ASSINE E DIVULGUE.

REVISTA INTERNACIONAL

PARA ASSINATURAS
CONTACTE O DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA DA



AV. SANTOS DUMONT, N.º 50

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL

ADERE
AO
PCP



Organizações Regionais ou de Região Autónoma	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Meta estabelecida	Percentagem
Norte	187	553	1137	1331	1405	4613	1800	256%
Beiras	89	141	502	443	785	1960	700	280%
O. e Ribatejo	63	158	486	1041	746	2494	700	356%
Lisboa	269	497	1624	2497	2329	7216	2750	262%
Setúbal	183	493	840	1370	1355	4241	1800	235%
Alentejo	383	375	1045	1416	1282	4501	1800	250%
Algarve	147	129	185	243	379	1083	300	361%
Açores	7	7	16	29	45	104	75	138%
Madeira	7	7	21	50	72	157	75	209%
Vários	—	—	—	—	—	653	—	—
TOTAL	1335	2360	5856	8420	7511	27022	10000	270%

O quadro junto, e o gráfico que também incluímos nesta página, traduzem em números a evolução da Campanha «Promoção Conquistas de Abril» e atestam o grande sucesso desta iniciativa do nosso Partido. Sublinhe-se que estes números ainda não são os definitivos, pois falta fazer o balanço de uma série de iniciativas do fim do ano, nas quais se registaram muitas adesões ao PCP.

O DIA A DIA DE UMA CAMPANHA INESQUECÍVEL

Acabou o ano e encerrou a Campanha. Forte de mais de 27 mil novos membros, o Partido vai lançar-se no novo período de lutas, no ano que já principiou. Mais fortes para defender Abril, como foi o lema desta Campanha «Promoção Conquistas de Abril».

Cinco meses passaram, desde que, em 31 de Julho de 1977 o Comité Central do PCP, reunido, resolveu iniciá-la. E, hoje, volvidos 5 meses, contas feitas, muito provisoriamente, ao extraordinário êxito verificado, recordamos as palavras do documento então aprovado pela direcção do Partido:

O CC resolve dar o nome de *Promoção das Conquistas de Abril* à Campanha de recrutamento lançada a partir de 1 de Agosto de 1977, tendo como objectivo o recrutamento de mais 10 mil novos membros do Partido até ao fim do ano.

A par do recrutamento, o CC salienta a urgência de um maior esforço de estruturação, de funcionamento regular dos organismos, designadamente dos organismos intermédios e das células de empresa, de melhor conhecimento, selecção e promoção de quadros.

Estamos a escassos 5 meses depois de estas palavras terem sido publicadas no «Avante!»

Foi na altura em que as propostas políticas do Partido — Governo de Plataforma ou novas eleições — surgiram e «escandalizaram» todas as forças políticas que não estavam interessadas em defender as conquistas de Abril. O realismo das propostas do PCP cedo veio a ser demonstrado pela vida. O realismo da proposta que o Comité Central fez a todo o Partido, para reforçá-lo, também foi confirmado — ultrapassado — pelo resultado da Campanha que encerrou no fim do ano.

Foi numa altura em que o Partido, para além das múltiplas e complexas tarefas e lutas diárias, estava empenhado na organização de um acontecimento grandioso, que deixou marcas na vida nacional, cultural e politicamente. Era o Verão do esforço para pôr de pé em breve tempo a Festa do «Avante!». Por toda a parte as organizações e os militantes davam o seu contributo para a construção da grande cidade que durante apenas três dias brilhou no Jamor, trazendo à festa, ao convívio, à confraternização, mais de meio milhão de portugueses. Foi a altura dos primeiros passos da Promoção das Conquistas de Abril, que em Setembro registou as adesões de muitos dos que conosco estiveram na festa do «Avante!»

As palavras do camarada Álvaro Cunhal, no encerramento da Festa, encontraram eco em mais de 27 mil comunistas que vieram engrossar as fileiras do PCP:

Se queres fazer parte de um Partido com a certeza de que esse Partido, puro e simples como a Revolução, empregará sempre os seus esforços para cumprir aquilo que diz; se queres fazer parte de um Partido onde todos os membros têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, onde há métodos democráticos de debate e de decisão, onde há vida colectiva, onde há respeito recíproco, onde se busca e respeita a verdade, onde há relações solidárias e fraternais, onde a acção do Partido sai dos esforços e ideias de todos e de cada um, num grandioso trabalho colectivo de que é exemplo esta nossa Festa — vem ao PCP, o nosso Partido é o teu Partido.

Nesses mesmos dias de Setembro as adesões se verificavam. Mas só no mês seguinte a Promoção conseguia dar os seus primeiros passos a nível organizado

e recolher os seus primeiros êxitos. Todo o Partido começou a debater as formas de alcançar e de ultrapassar as metas que pudessem transformar o PCP num Partido ainda mais forte, para que essa força nova lhe permitia conduzir mais e mais lutas ainda que aproximem a vitória. Trata-se de defender Abril, de manter aberto o caminho para o socialismo.

Numerosas organizações definem como prioritária a tarefa de cumprir e ultrapassarem as suas metas. O esclarecimento organiza-se. Reuniões por todo o país trazem muitos simpatizantes que são chamados a participar nos debates, a colocarem questões. A Campanha estava em marcha!

Depois as iniciativas multiplicam-se. Os comunistas estão já, antecipadamente, certos do êxito e da vitória. Como sempre. Mas nem por isso deixam de organizar pacientemente as tarefas, nem por isso deixam de dar o melhor do seu esforço para que esse êxito se concretize.

Reuniões abertas, sessões, comícios, festas, porta-a-porta surgem de todos os lados. Semanalmente o «Avante!» noticia os exemplos que lhe chegam. As cartas vêm até à nossa redacção dar o testemunho de tantos novos camaradas que nos contam o caminho que fizeram até encontrar o seu Partido, contam-nos as razões que os levaram a aderir ao PCP.

As assembleias de organizações levadas a efeito durante a Promoção dão já conta dos resultados obtidos, indicam caminhos melhores, empenham milhares e milhares de militantes nas tarefas do esclarecimento e do recrutamento.

E começam a cair as primeiras metas, derrubadas que foram algumas ainda existentes barreiras de sectarismo.

E, se a organização e o trabalho colectivo é o segredo do cumprimento das tarefas, o esforço individual, que revelou muitos quadros, muitos militantes profundamente ligados às massas, teve um lugar destacado no decorrer da Campanha. Quantos foram os camaradas que, conhecendo os seus companheiros de trabalho, os seus vizinhos, os seus amigos, empenhados em contribuir para o Partido, reforçando as fileiras, lançaram-se no recrutamento, trouxeram ao PCP, cada um deles, dezenas de novos militantes.

Foi uma tarefa a nível nacional, uma tarefa de massas, abrindo as portas do Partido aos trabalhadores que desejavam contribuir com a sua luta organizada para a defesa das conquistas da Revolução. As adesões vieram em grande número. Mas o recrutamento teve a orientação a preocupação de trazer à luta novos militantes nos sectores onde a organização mais carências apresentava, nos sectores onde o trabalho era mais difícil. Assim especial atenção foi dedicada ao recrutamento de mulheres, de jovens, de camponeses. Assim as organizações que desenvolvem as suas actividades em zonas difíceis, desdobraram-se em iniciativas que produziram resultados positivos.

O início do mês de Novembro coincide com o cair das primeiras metas regionais. Já muitas outras metas sectoriais tinham sido aumentadas por iniciativa das próprias organizações. Novembro foi desde logo o grande mês, aquele que permitiu prever que os 10 mil novos membros seriam apenas os primeiros a chegar numa Campanha que veio a ultrapassar os 27 mil!

Os artistas comunistas estiveram também empenhados nesta tarefa a nível nacional. Centenas de pequenas e grandes festas e convívios contaram com a participação de nomes de conhecidos artistas revolucionários. Alguns deles levaram nas suas músicas, nos seus poemas, nas suas canções, a voz do Partido a recônditos lugares onde o 25 de Abril é uma esperança e uma luta a nascer. «No Caminho de Abril» veio revelar as potencialidades de que estas formas de arte são possuidoras, veio revelar também os muitos grupos de jovens que querem e podem realizar por todo o país iniciativas locais de cultura progressista.

A meio de Novembro e, fazendo bem as contas, apenas em mês e meio de actividade organizada, a meta dos 10 mil tinha sido ultrapassada! Novo alento a notícia trouxe. Já eram mais 10 mil a ajudar e muitos exemplos houve das potencialidades de tantos novos camaradas que trouxeram consigo o entusiasmo e o empenhamento que lhes permitiu dar uma boa ajuda na organização e com eles trouxeram também novos amigos.

As organizações promoveram e promovem reuniões e sessões de acolhimento aos camaradas recém-chegados. Eles vêm participar na luta organizada, tem a sua palavra a dizer, a sua tarefa a cumprir. As adesões continuam de Norte a Sul do País. Dias antes do Natal anunciávamos as 20 mil adesões. Hoje anunciamos as 27 mil. No esforço de organização que se impõe por todo o lado, não vamos esquecer que o recrutamento, o trazer ao PCP novos militantes é tarefa de sempre. Encerrada a Campanha, o recrutamento continua!

A EXPERIÊNCIA DA OROR

Entretanto chega-nos da Organização do Oeste e Ribatejo um balanço do que aí foi a Campanha. Experiências que decerto foram vividas de modo diverso em outras regiões do país. Com uma meta prevista de 700 novos militantes, esta organização regional regista a adesão de 2493 — 890 no distrito de Leiria e 1603 no de Santarém!

Esta zona do país engloba realidades sociais muito diversas — referem os camaradas reportando-se a Leiria — em todas elas vivem e lutam comunistas ligados às massas populares. Referindo-se ao início da Campanha, dizem:

Foram criadas comissões específicas em diversas organizações concelhias para agarrarem esta tarefa com a devida atenção, proporcionando iniciativas de massas onde o reforço do Partido era tratado especialmente no quadro da situação política do momento, e também com o objectivo de proporcionarem uma informação constante do andamento da Campanha.



Entre os novos militantes, muitas e muitas mulheres

No primeiro caso realizaram-se inúmeras sessões de esclarecimento, comícios, cantos-líres e convívios; no segundo as comissões promoviam a feitura de gráficos e mapas por sectores e células, a decoração alusiva dos Centros de Trabalho e o aparecimento de recrutadores, tornando a nossa propaganda mais eficaz.

As metas começaram a ser alcançadas.

Os novos camaradas, a quem eram entregues os cartões em sessões solenes, colectivamente, integraram-se facilmente no trabalho do Partido, tornando-se eles próprios recrutadores e interventores em sessões públicas que o Partido promoveu, contando as suas experiências pessoais, o caminho por que passaram antes de chegar ao Partido: «Venho para o Partido porque não quero ser mais vezes enganado e traído. Porque é este o Partido dos Trabalhadores».

No distrito de Santarém, entretanto, a Campanha começou tarde mas, apesar disso, os camaradas registam o grande impulso que foi obtido e que se traduziu na ultrapassagem das metas.

Muitos são os exemplos do trabalho de recrutamento que importa realçar. Sessões, comícios, canto-livre, reuniões alargadas a simpatizantes, convívios, porta-a-porta, foram algumas das formas que as organizações encontraram para levar a Campanha para a rua — transformá-la numa grande Campanha política de massas.

Todos os concelhos fizeram recrutamentos e, na sua esmagadora maioria, a meta foi ultrapassada, em alguns triplicada mesmo.

O ÊXITO NO NORTE

Boas notícias de todos os cantos do país. Do Norte, porém, as notícias adquirem um significado mais precioso, lembram aos comunistas de todo o Portugal as condições difíceis em que lutam e vivem os camaradas de zonas onde o caciquismo ainda faz lei e onde os partidos reaccionários podem manobrar mais à vontade. Mas os trabalhadores reconhecem o seu Partido, onde quer que se encontrem. A vida encarrega-se de mostrar a verdade. E cada vez mais o Norte se torna terra de preocupação para a direita, e cada vez mais se consolida e reforça o Partido Comunista Português.

De acordo com o apuramento feito até ao fim da tarde da passada terça-feira, a Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português registou um acréscimo de 4642 militantes, no âmbito da «Promoção Conquistas de Abril», o que representa mais de 257 por cento do que a meta previa. Todos os sectores atingiram as suas metas, sendo de realçar que alguns deles chegaram mesmo a duplicá-las, como sucedeu com as Comissões Distritais de Braga e Vila Real, com os Comités dos Metalúrgicos e dos Grandes Serviços.

O êxito alcançado pela ORN confirma o reforço do Partido nos cinco distritos do Norte, a sua maior implantação e uma crescente confiança e adesão à linha política do PCP, à sua orientação e aos princípios do marxismo-leninismo. A cifra alcançada surge na sequência de um aumento da organização que, desde Novembro de 76, tem crescido à média de 30 por cento por ano e resulta de um intenso trabalho político de massas, através de numerosas sessões de esclarecimento, comícios e jornadas de convívio que contaram com a participação de largos milhares de pessoas.

Naturalmente que o reforço do Partido foi mais acentuado lá onde a sua implantação já era maior. Todavia, em certas zonas mais «difíceis»

verificaram-se acentuados avanços, traduzidos pela duplicação da organização, nuns casos, por um aumento da ordem dos 50 por cento, noutros. Novos militantes e novos organismos foram formados em empresas e localidades onde praticamente não existia organização do Partido. Por toda a parte surgiram homens, mulheres e jovens, dispostos e desejosos de aderirem ao Partido da Esperança, da Verdade e do Futuro para o reforçarem e contribuírem para a defesa das Conquistas de Abril.

Neste momento, como é compreensível, não se pode fazer um balanço destes quatro meses de recrutamento. Registe-se desde já a expressiva adesão ao PCP de jovens.

Em fins de Novembro, 62,1 por cento dos novos militantes tinham menos de 30 anos, 15,14 por cento tinham menos de 20 anos, 19,20 por cento eram mulheres, 63,09 por cento eram operários e 2,46 eram camponeses. De assinalar que a percentagem de mulheres que aderiu ao Partido neste período é superior à média de mulheres existente na altura do 7.º Balanço de Organização, que era de 14,14 por cento.

Está ainda muito longe de se encontrar esgotada a possibilidade de reforço do Partido nesta região, onde ainda se faz sentir, aqui e ali, a existência de um poder local dos caciques e dos reaccionários. Não obstante já ser muito significativa a organização do PCP, encontra-se aquém da real influência e prestígio do Partido junto dos trabalhadores, dos camponeses e de todos quantos estão interessados em lutar por um Portugal democrático, rumo ao socialismo. De todos os organismos chegam notícias do crescente número dos que, ombro a ombro com os comunistas, lutam nas empresas, nos sindicatos e nas organizações populares, apoiam as posições dos comunistas e virão um dia a ser nossos camaradas.

